



DIÁRIO da Assembleia da República

VII LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1995-1996)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 12 DE ABRIL DE 1996

Presidente: Ex.^{mo} Sr. António de Almeida Santos

Secretários: Ex.^{mos} Srs. Artur Rodrigues Pereira dos Penedos
Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco
João Cerveira Corregedor da Fonseca

S U M Á R I O

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 35 minutos.

Antes da ordem do dia.- Deu-se conta da apresentação de diversos diplomas e de alguns requerimentos.

Foram aprovados quatro pareceres da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias autorizando Deputados do PS, do PSD e do CDS-PP a deporem em tribunal.

No âmbito do debate de urgência, requerido pelo CDS-PP, sobre a situação do sector têxtil face aos acordos da União Europeia com países terceiros, usaram da palavra, a diverso título, além dos Srs. Secretários de Estado dos Assuntos Europeus (Seixas da Costa) e da Indústria e Energia

(José Penedos), os Srs. Deputados Manuel Monteiro (CDS-PP), Medeiros Ferreira (PS), Carlos Encarnação (PSD), Carlos Zorrinho (PS), Francisco Torres (PSD), Octávio Teixeira (PCP), José Saraiva e José Carlos Tavares (PS), Heloísa Apolónia (Os Verdes), Marques Mendes e Vieira de Castro (PSD) e Vitor Moura (PS).

Foi ainda aprovado o Orçamento da Assembleia da República para 1996, tendo feito referências à sua elaboração, além do Sr. Presidente, o Sr. Deputado Rui Vieira (PS), Presidente do Conselho de Administração da Assembleia da República

O Sr. Presidente encerrou a sessão eram 13 horas e 10 minutos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 10 horas e 35 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Partido Socialista (PS):

Acácio Manuel de Frias Barreiros.
Adérito Joaquim Ferro Pires.
Agostinho Marques Moleiro.
Alberto de Sousa Martins.
António Alves Marques Júnior.
António Alves Martinho.
António Bento da Silva Galamba.
António de Almeida Santos.
António Fernandes da Silva Braga.
António Fernando Marques Ribeiro Reis.
António José Guimarães Fernandes Dias.
Arnaldo Augusto Homem Rebelo.
Artur Clemente Gomes de Sousa Lopes.
Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho.
Artur Rodrigues Pereira dos Penedos.
Carlos Alberto Cardoso Rodrigues Beja.
Carlos Alberto Dias dos Santos.
Carlos Manuel Amândio.
Cláudio Ramos Monteiro.
Domingos Fernandes Cordeiro.
Eduardo Ribeiro Pereira.
Elisa Maria Ramos Damião.
Eurico José Palheiros de Carvalho Figueiredo.
Fernando Alberto Pereira de Sousa.
Fernando Alberto Pereira Marques.
Fernando Antão de Oliveira Ramos.
Fernando Garcia dos Santos.
Fernando Manuel de Jesus.
Fernando Pereira Serrasqueiro.
Francisco José Pereira de Assis Miranda.
Francisco José Pinto Camilo.
João Carlos da Costa Ferreira da Silva.
João Rui Gaspar de Almeida.
João Soares Palmeiro Novo.
Joaquim Moreira Raposo.
Joaquim Sebastião Sarmento da Fonseca Almeida.
Joel Eduardo Neves Hasse Ferreira.
Joel Maria da Silva Ferro.
Jorge Lacão Costa.
Jorge Manuel Damas Martins Rato.
Jorge Manuel Fernandes Valente.
Jorge Manuel Gouveia Strecht Ribeiro.
José Adelmo Gouveia Bordalo Junqueiro.
José Afonso Teixeira de Magalhães Lobão.
José Alberto Cardoso Marques.
José António Ribeiro Mendes.
José Carlos Correia Mota de Andrade.
José Carlos da Cruz Lavrador.
José Carlos das Dores Zorrinho.
José Carlos Lourenço Tavares Pereira.
José da Conceição Saraiva.
José de Matos Leitão.
José Ernesto Figueira dos Reis.
José Fernando Rabaça Barradas e Silva.
José Manuel de Medeiros Ferreira.
José Manuel Niza Antunes Mendes.
José Manuel Rosa do Egípto.

José Manuel Santos de Magalhães.
José Pinto Simões.
Jovita de Fátima Romano Ladeira Matias.
Júlio Manuel de Castro Lopes Faria.
Laurentino José Monteiro Castro Dias.
Luís Afonso Cerqueira Natividade Candal.
Manuel Afonso da Silva Strecht Monteiro.
Manuel Alberto Barbosa de Oliveira.
Manuel Alegre de Melo Duarte.
Manuel António dos Santos.
Manuel Francisco dos Santos Valente.
Manuel Jorge Pedrosa Forte de Goes.
Manuel Martinho Pinheiro dos Santos Gonçalves.
Manuel Porfírio Vargas.
Maria Amélia Macedo Antunes.
Maria Celeste Lopes da Silva Correia.
Mariada Luz Gameiro Beja Ferreira Rosinha.
Maria do Carmo de Jesus Amaro Sequeira.
Maria do Rosário Lopes Amaro da Costa da Luz Carneiro.
Maria Fernanda dos Santos Martins Catarino Costa.
Maria Helena do Rêgo da Costa Salema Roseta.
Maria Isabel Ferreira Coelho de Sena Lino.
Maria Jesuína Carrilho Bernardo.
Mário Manuel Videira Lopes.
Miguel Bernardo Ginestal Machado Monteiro Albuquerque.
Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura.
Nelson Madeira Baltazar.
Nuno Manuel Pereira Baltazar Mendes.
Osvaldo Alberto Rosário Sarmento e Castro.
Paula Cristina Ferreira Guimarães Duarte.
Paulo Jorge dos Santos Neves.
Raimundo Pedro Narciso.
Raúl d' Assunção Pimenta Rêgo.
Rita Maria Dias Pestana Cachuxo.
Rosa Maria da Silva Bastos da Horta Albernaz.
Rui do Nascimento Rabaça Vieira.
Rui Manuel dos Santos Namorado.
Sérgio Paulo Mendes de Sousa Pinto.
Victor Brito de Moura.

Partido Social Democrata (PSD):

Adalberto Paulo da Fonseca Mendo.
Álvaro dos Santos Amaro.
Álvaro Roque de Pinho Bissaia Barreto.
Amândio Santa Cruz Domingues Basto Oliveira.
Antonino da Silva Antunes.
António Costa Rodrigues.
António de Carvalho Martins.
António Fernando da Cruz Oliveira.
António Germano Fernandes de Sá e Abreu.
António Joaquim Correia Vairinhos.
António Jorge de Figueiredo Lopes.
António Moreira Barbosa de Melo.
António Paulo Martins Pereira Coelho.
António Roleira Marinho.
António Soares Gomes.
Arménio dos Santos.
Artur Ryder Torres Pereira.
Bernardino Manuel de Vasconcelos.
Carlos Manuel de Sousa Encarnação.
Carlos Manuel Duarte de Oliveira.
Carlos Manuel Marta Gonçalves.
Carlos Miguel Maximiano de Almeida Coelho.
Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco.
Eduardo Eugénio Castro de Azevedo Soares.

Fernando José Antunes Gomes Pereira.
Fernando Manuel Alves Cardoso Ferreira.
Fernando Pedro Peniche de Sousa Moutinho.
Fernando Santos Pereira.
Francisco Antunes da Silva.
Francisco José Fernandes Martins.
Francisco Xavier Pablo da Silva Torres.
Gilberto Parca Madaíl.
Guilherme Henrique Valente Rodrigues da Silva.
Hermínio José Sobral Loureiro Gonçalves.
Hugo José Teixeira Velosa.
João Álvaro Poças Santos.
João Bosco Soares Mota Amaral.
João Calvão da Silva.
João Carlos Barreiras Duarte.
João do Lago de Vasconcelos Mota.
João Eduardo Guimarães Moura de Sá.
Joaquim Fernando Nogueira.
Joaquim Manuel Cabrita Neto.
Jorge Paulo de Seabra Roque da Cunha.
José Augusto Gama.
José Augusto Santos da Silva Marques.
José Bernardo Velooso Falcão e Cunha.
José de Almeida Cesário.
José Guilherme Reis Leite.
José Luís Campos Vieira de Castro.
José Macário Custódio Correia.
José Manuel Costa Pereira.
José Manuel Nunes Liberato.
José Mário de Lemos Damião.
Lucília Maria Samoreno Ferreira.
Luis Manuel Gonçalves Marques Mendes.
Luis Maria de Barros Serra Marques Guedes.
Manuel Acácio Martins Roque.
Manuel Alves de Oliveira.
Manuel Castro de Almeida.
Manuel Filipe Correia de Jesus.
Manuel Maria Moreira.
Maria do Céu Baptista Ramos.
Maria Eduarda de Almeida Azevedo.
Maria Fernanda Cardoso Correia da Mota Pinto.
Maria Luísa Lourenço Ferreira.
Maria Manuela Dias Ferreira Leite.
Maria Teresa Pinto Basto Gouveia.
Mário da Silva Coutinho Albuquerque.
Miguel Bento Martins da Costa de Macedo e Silva.
Miguel Fernando Cassola de Miranda Relvas.
Pedro Augusto Cunha Pinto.
Pedro Domingos de Souza e Holstein Campilho.
Pedro José da Vinha Rodrigues Costa.
Pedro Manuel Mamede Passos Coelho.
Rolando Lima Lalande Gonçalves.
Rui Fernando da Silva Rio.
Sérgio André da Costa Vieira.

Partido do Centro Democrático Social - Partido Popular (CDS-PP):

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier.
Carlos Alberto Maia Neto.
Gonçalo Filipe Ribas Ribeiro da Costa.
Ismael António dos Santos Gomes Pimentel.
Jorge Alexandre Silva Ferreira.
Manuel Fernando da Silva Monteiro.
Manuel Maria Mendonça da Silva Carvalho.
Maria José Pinto da Cunha Avilez Nogueira Pinto.

Maria Manuela Guedes Outeiro Pereira Moniz.
Nuno Jorge Lopes Correia da Silva.
Nuno Kruz Abecasis.
Paulo Sacadura Cabral Portas.
Rui Manuel Pereira Marques.
Silvio Rui Neves Correia Gonçalves Cervan.

Partido Comunista Português (PCP):

António Filipe Gaião Rodrigues.
António João Rodeia Machado.
Bernardino José Torrão Soares.
João António Gonçalves do Amaral.
João Cerveira Corregedor da Fonseca.
José Fernando Araújo Calçada.
Maria Luísa Raimundo Mesquita.
Maria Odete dos Santos.
Octávio Augusto Teixeira.
Ruben Luís Tristão de Carvalho e Silva.

Partido Ecologista Os Verdes (PEV):

Heloisa Augusta Baião de Brito Apolónia.

ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, o Sr. Secretário vai dar conta dos diplomas, dos requerimentos e das respostas a requerimentos que deram entrada na Mesa.

O Sr. Secretário (Artur Penedos): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, deram entrada na Mesa, e foram admitidos, as seguintes iniciativas legislativas: proposta de lei n.º 21/VII — Autoriza o Governo a legislar em matéria de actualização do montante máximo das coimas aplicáveis ao abrigo do Decreto-Lei n.º 172/88, de 16 de Maio; projectos de lei n.º 137/VII — Lei de Criação das Regiões Administrativas (PS), que baixou à 4.ª Comissão, e 136/VII — Altera a Lei-Quadro das Regiões Administrativas (PS), que baixou às 1.ª e 4.ª Comissões; projecto de deliberação n.º 10/VII — Assegura adequada transparência e participação no processo legislativo respeitante à regionalização do continente (PS).

Na última reunião plenária, deram entrada na Mesa os seguintes requerimentos: ao Ministério da Saúde, formulado pela Sr.ª Deputada Maria José Nogueira Pinto; ao Ministério da Educação, formulado pelo Sr. Deputado Lino de Carvalho; aos Ministérios da Saúde, da Economia e da Agricultura, Desenvolvimento Rural e das Pescas, formulados pelo Sr. Deputado Jorge Roque Cunha.

Entretanto, informa-se que a Comissão de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas se encontra reunida na Sala do Senado para uma audição parlamentar.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, deram ainda entrada na Mesa quatro relatórios e pareceres da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, de que passo a dar conta.

O primeiro é o seguinte:

De acordo com o solicitado no ofício n.º 822, de 96.03.25, dos Juízos Criminais de Paredes (Processo n.º 286/95 — 1.º Juízo), a Comissão decidiu emitir parecer no sentido de autorizar o Sr. Deputado Gonçalo Ribeiro da Costa a prestar depoimento, como testemunha, em audiência de julgamento designada para o próximo dia 19 de Abril de 1996.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, está em apreciação.

Como não há inscrições, vamos votar.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

O Sr. Secretário (Artur Penedos): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, o segundo é o seguinte: De acordo com o solicitado no ofício n.º 300, de 96.02.22, do Tribunal Judicial da Comarca de Vila Nova de Famalicão (Processo n.º 1099/94 — 2.º Juízo Civil), esta Comissão decidiu emitir parecer no sentido de autorizar o Sr. Deputado Artur Sousa Lopes a depor por escrito, na qualidade de testemunha, no âmbito dos autos em referência.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, está em discussão. Não havendo inscrições, vamos votar.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

O Sr. Secretário (Artur Penedos): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, o terceiro é o seguinte: De acordo com o solicitado no ofício n.º 182, de 96.02.23, da Procuradoria-Geral da República (Processo n.º 91/95 — L.º H-7), a Comissão decidiu emitir parecer no sentido de autorizar o Sr. Deputado Manuel Monteiro a ser ouvido, na qualidade de ofendido, no âmbito dos autos em referência.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, está em discussão. Não havendo inscrições, vamos votar.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

O Sr. Secretário (Artur Penedos): — Finalmente, o quarto é o seguinte: De acordo com o solicitado no ofício n.º 315, de 96.02.23, dos Tribunais de Círculo e de Comarca de Mirandela (Inquérito n.º 62/96), a Comissão decidiu emitir parecer no sentido de autorizar o Sr. Deputado José Gama a prestar declarações no âmbito dos autos em referência.

É tudo, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, está em apreciação. Dado não haver pedidos de palavra, vamos votar.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Srs. Deputados, vamos dar início ao debate de urgência, solicitado pelo CDS-PP, sobre a situação do sector têxtil face aos acordos da União Europeia com países terceiros.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Monteiro.

O Sr. Manuel Monteiro (CDS-PP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Permita-me, Sr. Presidente, que, antes de dar início à minha intervenção, sublinhe, em nome do Partido Popular, o facto que consideramos negativo de, num dia em que se debate a questão de um dos sectores económicos mais importantes do País, o Sr. Ministro da Economia não estar presente neste Hemicycle e não participar neste mesmo debate.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Ao longo de uma semana, o Partido Popular, em coerência com as suas promessas eleitorais, analisou um sector de actividade económica, visitando fábricas, ouvindo empresários e trabalhadores, dialogando com associações empresariais e sindicatos, contactando, em suma, com aqueles que sabem, que conhecem o dia-a-dia porque do seu trabalho se trata e da sua subsistência se fala.

Este sector a que me refiro é o sector têxtil. Estes empresários e estes trabalhadores, encontrámos-os ao longo do País nos sete distritos por onde passámos e nos muitos concelhos onde estivemos. Vimos empresas em boa situação económica mas com grandes preocupações quanto ao futuro e deparamos com empresas cuja vida económica e financeira é, objectivamente, bastante negativa.

Como causas fundamentais para aquilo que vimos e acabamos de expor poderíamos, entre outras, enunciar, em primeiro lugar, a existência de um comércio que é cada vez mais livre mas é também cada vez menos justo, contrariando todos os princípios, todas as declarações, todas as intenções anunciadas nos acordos entretanto celebrados.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Em segundo lugar, a existência de dívidas avultadas, por parte de Angola, às empresas portuguesas que, incentivadas a vender pelo Estado, foram imediatamente abandonadas pelo mesmo quando se tratou de receber. É uma situação inadmissível que coloca o Estado numa posição de não ser pessoa de bem.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Não vale apoiar e incentivar os empresários a trabalhar, de nada vale incentivá-los a investir ou a vender para determinado país quando, tratando-se de defender esses mesmos empresários, o Estado lhes vira as costas e diz que não tem responsabilidade na matéria.

Em terceiro lugar, o preço da energia e do combustível. O Estado, em Portugal, quer receber sempre mais e esquece que tem de desembolsar cada vez mais por isso mesmo. De nada serve apelar à competitividade e à modernização das empresas portuguesas quando os empresários no sector têxtil de Portugal pagam a energia mais cara da Europa e o combustível a um preço que nenhum dos seus parceiros de mercado consegue pagar.

Em quarto lugar, a falta de fiscalização e de controle quanto aos produtos que nos entram pelas fronteiras. Não há fiscalização e Portugal é, hoje, um livre «passador» onde tudo entra sem qualquer controle e sem qualquer fiscalização, com a agravante de que há produtos que são comercializados no nosso país, com marca da Europa, mas que são provenientes de países terceiros que nada têm que ver com a Europa ou sequer com a União Europeia.

Em quinto lugar, a falta de controle e a falta de fiscalização de mercadorias que entram livremente em Portugal, muitas das quais sem factura, ou seja, sem pagamento de IVA e das respectivas contribuições.

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — É verdade!

O Orador: — Como pode competir um empresário português com estas questões de fundo quando verifica que o Estado em vez de estar ao seu lado, no papel que lhe cabe e compete, o de fiscalizar e controlar, lhes vira as costas, deixando-os, cada vez mais, numa lei da selva?

Em sexto lugar, a carga fiscal elevada e desproporcional face à concorrência.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: É convicção do Partido Popular que muito se pode dizer sobre a situação da actividade económica em geral e sobre a situação do sector têxtil em Portugal. Pensamos, contudo, que é chegado o momento de, independentemente do enunciar dos problemas, avançar com coragem e com

clareza para a apresentação de propostas que podem contribuir para a modificação e a melhoria das condições de vida e de trabalho deste mesmo sector.

Não nos podemos esquecer que estamos a falar de um sector que é responsável por cerca de 25% das exportações em Portugal e que, directa ou indirectamente, emprega e é o garante de postos de trabalho de centenas e centenas e centenas de milhar de portugueses, o que significa que, cada vez que há um problema na indústria têxtil, há milhares e milhares de famílias em Portugal que vivem confrontadas com uma situação de falta de confiança e de segurança em relação ao seu próprio futuro.

De nada serve à Assembleia da República discutir o sexo dos anjos e não procurar obter consensos quando se trata de discutir os problemas fundamentais da economia do País.

O Sr. Jorge Ferreira (CDS-PP): — Muito bem!

O Orador: — Não deixa, aliás, de ser curioso que haja, muitas das vezes, tempo infinito para debates que são seguramente importantes, para os que aqui nos encontramos, e tempo diminuto para discutir e debater o que, efectivamente, preocupa o País...

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — ... e os empresários que criam riqueza e procuram dar emprego aos portugueses no nosso país.

O Partido Popular quer avançar, na Assembleia da República, com as seguintes propostas: em primeiro lugar, propõe a suspensão dos acordos celebrados com a Índia e o Paquistão, porque entendemos que, ao abrigo das normas e das resoluções comunitárias, não faz sentido que um empresário português seja punido e considerado como criminoso cada vez que é encontrado um jovem de menor idade a trabalhar numa fábrica e, em contrapartida, o Estado português e a própria Europa fechem os olhos a produtos que entram no nosso país, provenientes de países onde o trabalho infantil é a regra de ouro e onde é usado e abusado para qualquer tipo de laboração!

Aplausos do CDS-PP.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, aquando da aprovação do GATT, foi dito e ficou escrito que não haverá *dumping* social, ou seja, não haverá trabalho infantil e existirá segurança social para os trabalhadores; não haverá *dumping* económico nem ambiental e existirá concorrência entre os países terceiros, o que significa que estes, entre eles, não poderiam fechar as fronteiras à livre circulação de produtos.

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — Muito bem!

O Orador: — Meus senhores, a verdade é que nada disto se passa, e enquanto cumprimos estas regras estes novos parceiros fazem ouvidos de mercador às normas e às regras a que os industriais do nosso país se encontram sujeitos.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Onde está o Estado português, que em vez de denunciar estes mesmos acordos, dizendo que as normas internacionais estão a ser violadas, apenas diz aos industriais para se modernizarem e trabalharem mais? Apesar de quererem trabalhar mais, os industriais portugueses constatam que não têm qualquer capacidade de competição com regras totalmente desleais da parte de pessoas, de empresas e de países que não cumprem nenhuma das regras normais próprias de qualquer Estado civilizacional dos tempos em que nos encontramos.

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — Muito bem!

O Orador: — Em segundo lugar, o Partido Popular propõe que o Estado assuma e garanta os seus compromissos, à semelhança, aliás, do que outros Estados fizeram, quanto às dívidas de Angola existentes para com os empresários portugueses.

Em terceiro lugar, o Partido Popular propõe que o preço da energia para a indústria seja claramente reduzido... Vejo o Sr. Secretário de Estado da Indústria e Energia, em substituição do Sr. Ministro da Economia, abanar a cabeça!

É verdade que o problema da energia é sério, mas a indústria não é a EDP e de nada nos serve que a EDP venha dizer que tem resultados positivos...

Aplausos do CDS-PP.

... porque não queremos que a EDP tenha resultados positivos à custa do sacrifício e do suor daqueles que tentam pagar impostos e daqueles que tentam pagar os seus salários!

Aplausos do CDS-PP.

Em quarto lugar, o Partido Popular propõe a criação de uma comissão de especialistas que analise objectivamente a situação no sector da indústria têxtil. Esta comissão não deverá ter Deputados, será técnica e não partidária. O que importa é a análise séria e não a aquela que vise proteger os amigos e apenas favorecer os compadres, como, infelizmente, tantas e tantas vezes aconteceu em Portugal nos últimos anos, em que alguns eram apoiados não porque o merecessem mas apenas porque votavam num determinado partido!

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. Joel Hasse Ferreira (PS): — É verdade!

O Orador: — Em quinto lugar, pensando no presente e no futuro, o Partido Popular propõe que se prevejam, com a maior brevidade possível, linhas de financiamento sempre reembolsáveis, com taxas de juro mais baixas quanto mais rápido for o reembolso, e que no domínio fiscal as acções de formação, quer com empresários, quer com trabalhadores, bem como as operações de reconversão da actividade e de transferência de parques de máquinas e ainda as acções de *marketing* sejam consideradas como custo na definição dos impostos.

O Estado não pode exigir sem oferecer rigorosamente nada!

O Sr. Presidente: — Terminou o seu tempo, Sr. Deputado. Tem de concluir.

O Orador: — Termino já, Sr. Presidente.

Em sexto lugar, o Partido Popular propõe que se comece a fiscalizar, a sério, as fronteiras do nosso país porque, conforme referimos, comércio livre sim, mas justo! Aspecto que é fundamental para que a liberdade não seja posta em causa por aqueles que apenas dela se servem, mas nunca a respeitam e tão pouco a cumprem.

O Sr. Jorge Ferreira (CDS-PP): — Muito bem!

O Orador: — Em sétimo lugar, o Partido Popular propõe, claramente, que se promova no nosso mercado uma campanha de preferência dos produtos nacionais!

Aplausos do CDS-PP.

De nada serve falar da indústria se não incentivarmos o País a consumir os produtos que cá se fabricam.

Em oitavo lugar, o Partido Popular propõe que se resolva, sem demoras e com coragem, a situação das dívidas ao Estado e à segurança social de muitas empresas. O que implica, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que não se confundam empresas e não se trate da mesma forma situações bem diferentes: os que pagam e cumprem não podem ser colocados do mesmo lado daqueles que não pagam e não cumprem! Também do lado dos que não pagam e não cumprem, há ainda os que trabalham com seriedade, porque querem pagar e cumprir, e os que, pura e simplesmente, seguem em frente como se nada de grave se passasse na actividade económica do País.

O Partido Popular propõe que o Estado português assuma uma data a partir da qual seja definido o momento certo, ou seja, em que se faça a separação das águas entre o presente e o futuro e aquele que é o passado. Define-se, pois, uma data a partir da qual se exija o pagamento das obrigações sociais e fiscais apenas dessa data em diante. Quem o fizer, pela proposta do Partido Popular, ficará possibilitado de requerer a negociação das dívidas vencidas — note-se que falo de negociação das dívidas vencidas e não de perdões fiscais — e ficará também habilitado a submeter-se à análise da comissão a que já fizemos referência.

O Sr. Presidente: — Tem de terminar, Sr. Deputado.

O Orador: — Termo já, Sr. Presidente.

Quem o não fizer, não poderá, artificialmente, continuar a pôr em risco a subsistência de milhares e milhares de postos de trabalho, concorrendo com regras bem diferentes.

Em nono e último lugar, o Partido Popular propõe que sejam constituídos grupos definidos nas repartições de finanças, que fiscalizem o cumprimento das obrigações fiscais a partir do momento zero já mencionado. É inadmissível que os critérios das repartições de finanças sejam diferentes em vários pontos do País e que não haja igualdade no tratamento de situações que, em tudo, são idênticas.

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. Joel Hasse Ferreira (PS): — Aqui também tem razão!

O Orador: — Sr. Presidente, quero agradecer a V. Ex.^a a benevolência que teve para comigo e para com o meu partido, no sentido de nos permitir esgotar o nosso tempo nesta intervenção. Terei de lhe pedir novamente a sua benevolência para que possa responder a questões, se, eventualmente, algum Sr. Deputado as colocar.

Apesar de tudo, com o respeito que sabe que tenho por si, Sr. Presidente, quero manifestar, uma vez mais — e sei que não é da sua responsabilidade, mas da responsabilidade de todos nós —, o meu desagrado pelo facto de, tantas e tantas vezes, pertermos aqui um tempo infinito com questões que podem interessar muito ao nosso «umbigo»...

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Como aquele que estamos a perder agora!

O Orador: — ... mas que não interessam nada ao País e termos apenas 50 minutos para analisar e debater um sector desta natureza.

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. Presidente: — Inscreveram-se para pedir esclarecimentos ao Sr. Deputado Manuel Monteiro, os Srs. Deputados Medeiros Ferreira, Carlos Encarnação e Carlos Zorrinho.

Tem a palavra o Sr. Deputado Medeiros Ferreira.

O Sr. Medeiros Ferreira (PS): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, com a intervenção do Sr. Deputado Manuel Monteiro estava à espera de assistirmos a mais uma sexta-feira antieuropeia, por parte do Partido Popular, mas vejo que a desorientação ainda é maior, pois desta vez não se tratou apenas de um ataque, embora ele exista, e forte — e teria graves consequências se fosse levado a sério, no que diz respeito à política de Portugal na Comunidade Europeia —, desta vez registou-se uma desorientação geral sobre as próprias políticas alternativas do Partido Popular em relação à participação de Portugal na União Europeia. É o caso da questão aqui suscitada, e que é, obviamente, pertinente, das dívidas de Angola aos nossos exportadores do sector têxtil, como de outros sectores, o que nos coloca, desde logo, um problema de alternativa à nossa capacidade de exportação, fora dos preceitos da política externa comum da União Europeia.

Mas quero também recordar-lhe, Sr. Deputado Manuel Monteiro, que o trabalho na Assembleia da República não é só este que faz com que o Sr. Deputado, depois de visitar sete distritos, apareça no Plenário, a 12 de Abril, após o Governo, através do Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Europeus — e recordo-lhe uma simples cronologia —, em 26 de Fevereiro, ter votado contra o memorando do acordo têxtil com o Paquistão e a Índia e ter anunciado o recurso de anulação ao Tribunal de Justiça da Comunidade Europeia. Aliás, já agora, gostava de lhe perguntar o que é que pensa dessa medida governamental e se é ou não favorável a uma maior intervenção do Tribunal de Justiça da Comunidade Europeia, como recurso dos Estados, quando a Comissão exorbita dos seus mandatos, que foi o que sucedeu neste caso.

O Sr. Deputado Manuel Monteiro esqueceu-se das reuniões sucessivas da Comissão de Assuntos Europeus, que, em 12 de Março, recebeu todos os representantes dos sectores mais determinantes da actividade têxtil, desde os sectores patronais aos representantes sindicais; esqueceu-se de que, em 19 de Março, na mesma Comissão, contámos com a presença do Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Europeus, exactamente para tratar da política externa da Comunidade no que diz respeito ao sector têxtil; esqueceu-se ainda de que, em 21 de Março, na mesma Comissão parlamentar, esteve presente o Sr. Ministro da Economia para discutir com os Deputados a política comercial da Comunidade com países terceiros; finalmente, esqueceu-se de que, em 2 de Abril, essa Comissão aprovou uma proposta de audição parlamentar sobre as consequências da política de acordos comerciais da Comunidade Europeia com países terceiros.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Apresentada pelo PCP!

O Orador: — É verdade! Apresentada pelo Partido Comunista, mas aprovada por todos os Deputados da Comissão de Assuntos Europeus.

Sr. Deputado Manuel Monteiro, quero apenas assinalar que se trabalha, e muito, em sede de comissões parlamentares, mesmo que não se arrastem os jornalistas através de sete distritos.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Como o Sr. Deputado Manuel Monteiro não dispõe de tempo para responder e a Mesa terá de lho dar, sugiro-lhe que responda conjuntamente a todos os pedidos de esclarecimento.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Encarnação.

Vozes do CDS-PP: — O Sr. Deputado Medeiros Ferreira não fez um pedido de esclarecimento!

O Sr. Carlos Encarnação (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Manuel Monteiro, o Sr. Deputado trouxe aqui mais um tema que também tem a ver com a Europa, mas, desta vez, manifestamente, não atingiu as nossas expectativas, porque fê-lo num tom que fez lembrar, para pior, o brilho e a teatralidade com que o Deputado Paulo Portas sempre intervém nestas matérias. V. Ex.^a fê-lo de forma diferente, fê-lo, porventura, de forma mais suave, mas talvez tivesse obtido maior ganho de causa para a sua bancada, dentro da sua posição tradicional quanto à Europa, se fosse o Sr. Deputado Paulo Portas a intervir.

O Sr. Jorge Lacão (PS): — Isto é o chamado «dividir para reinar»!

O Orador: — Mas, Sr. Deputado Manuel Monteiro, vi uma coisa que me preocupou. Quando V. Ex.^a estava a dizer «prefira o produto nacional» perpassou na sua bancada um movimento de grande intranquilidade, pois estavam todos a ver se as respectivas gravatas eram fabricadas em Portugal ou no estrangeiro e repararam que a maior parte delas não eram feitas em Portugal.

Risos do PS.

Vozes do CDS-PP: — São informações do SIS?

O Orador: — O Sr. Deputado tem de fazer a defesa desse *slogan* dentro da sua bancada e, porventura, terá de fazer também um referendo interno dentro do seu partido.

O Sr. Nuno Abecasis (CDS-PP): — Será que este rapaz pensa que a questão dos têxteis é para brincar?!

O Orador: — O Sr. Deputado Nuno Abecasis é dos que está mais nervoso com essa matéria!

O Sr. Nuno Abecasis (CDS-PP): — Olhe que isto não é a brincar, isto dói!

O Orador: — Mas, Sr. Deputado Manuel Monteiro, gostava de lhe dizer três coisas muito importantes e muito sérias acerca desta matéria.

Vozes do CDS-PP: — Já não era sem tempo!

O Orador: — Ainda bem que suscitei o acordo do PP em relação à minha intervenção!

O Sr. Nuno Baltazar Mendes (PS): — A propósito, Sr. Deputado Carlos Encarnação, a sua gravata é portuguesa?

O Orador: — Não, não é!

Em primeiro lugar, o Sr. Deputado Manuel Monteiro pensa que, porventura, a história começou agora...

Risos do CDS-PP.

... e não se lembrou de dizer três ou quatro coisas que seriam importantes para vermos se estava ou não de acordo com interesses fundamentais e com a forma como os interesses fundamentais do Estado português foram defendidos ao longo do tempo. E bastaria perguntar-lhe três coisas: o Sr. Deputado Manuel Monteiro concordou ou não com a posição do Governo anterior, defendendo a especificidade do sector português dos têxteis? Concordou ou não com as negociações que resultaram do GATT, num movimento de apoio importante, e secundado por toda a Europa comunitária, como é evidente, em relação ao sector têxtil português?

O Sr. Deputado Manuel Monteiro concordou ou não com a política energética seguida pelo governo anterior, que privilegiava a diminuição dos custos da energia para o sector industrial? Concordou ou não com a política também seguida pelo governo anterior de reuniões periódicas com os industriais têxteis e com as suas associações no sentido de incentivar as medidas de controle nas fronteiras e do circuito de produtos externos ao Estado português, fazendo cumprir a legislação fiscal em vigor?

O Sr. Jorge Ferreira (CDS-PP): — Isto é um mundo virtual!

O Orador: — Queria ainda abordar um outro conjunto de questões, Sr. Deputado Manuel Monteiro.

V. Ex.^a, na discussão do Orçamento, fez um acordo com o PS complicado e perigoso: admitiu que as participações nas empresas fossem o resultado das dívidas ao Estado e à segurança social. Disse na altura o Sr. Deputado António Lobo Xavier que o grande *acquis* conseguido pelo PP foi que isso fosse feito a partir de decretos-leis, o que significa um regresso ao PREC por via indirecta. Nesta altura, é outro regresso ao PREC que V. Ex.^a propõem também, ou seja, a criação de mais uma comissão, idêntica a uma que havia no PREC, integrada por economistas, que vão agora ver se as empresas são viáveis ou inviáveis. Isto é, vai criar-se mais um serviço público, mais um serviço do Estado, o que nega completamente toda a sua teoria de intervenção política sobre estes assuntos.

Pergunto-lhe ainda, Sr. Deputado Manuel Monteiro, se V. Ex.^a concorda com o acordo que fez com o Partido Socialista em relação ao Orçamento ou se ele já foi alterado em relação a esta outra política que agora prevê para este sector.

Para terminar, queria apenas perguntar-lhe se entende que o actual Governo fez tudo quanto podia no recente acordo dos têxteis.

O Sr. Jorge Ferreira (CDS-PP): — Fez tanto como o seu governo!

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — O seu governo é que aceitou o memorando!

O Orador: — O Sr. Deputado pensa que o recurso ao Tribunal de Justiça é a medida mais adequada para resol-

ver esta questão? Não acha que, na altura, o Governo devia e podia fazer outro conjunto de coisas? V. Ex.^a está com este Governo na sua política europeia ou não?

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — Este Governo tem uma política que é igual à sua!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Zorrinho.

O Sr. Carlos Zorrinho (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Manuel Monteiro, o Partido Socialista, pelos mesmos motivos que é contra a exclusão social, não permitirá nem facilitará a sua tentativa de exclusão política, a sua tentativa de se afirmar como profeta da desgraça, não apresentando, no entanto, soluções viáveis e realistas para os problemas identificados.

V. Ex.^a percorreu o País! Fez bem, porque, ao fazê-lo, certamente verificou duas coisas: em primeiro lugar, que nos últimos anos foram desbaratados volumosos recursos financeiros em nome de uma maquilhagem da crise do sector têxtil e não em nome de uma restruturação dos sectores que podiam ser competitivos nessa área; em segundo lugar, verificou também, com certeza, que está em curso no País um processo de concertação estratégica entre trabalhadores, empresários, órgãos de administração local e central que visa enfrentar em conjunto os impactos que este processo de internacionalização e de comércio livre vai colocar.

Por isso, gostaria de aproveitar este momento para o chamar, Sr. Deputado Manuel Monteiro, a si e ao seu partido, para este processo de concertação e para lhe colocar duas questões muito claras, cuja resposta, se for sincera, poderá ultrapassar alguns dos bloqueios à sua participação nesta concertação.

Em primeiro lugar, Sr. Deputado Manuel Monteiro, pensa sinceramente que se Portugal não estivesse na União Europeia o impacto deste tipo de acordos de comércio livre seria menor para as nossas empresas?

O Sr. Jorge Ferreira (CDS-PP): — Outra vez? Que falta de imaginação! Falem dos têxteis!

O Orador: — Está arrependido de ter votado, neste Parlamento, o acordo relativo à Organização Mundial do Comércio?

Em segundo lugar, o Sr. Deputado verificou com certeza que os fundos foram mal aplicados, sobretudo não foram aplicados em consonância com as necessidades concretas do Vale do Ave, da Beira Interior, do litoral da zona de Leiria. Se existissem regiões administrativas, Sr. Deputado ...

O Sr. Jorge Ferreira (CDS-PP): — Já cá faltava!

O Orador: —..., não teria sido possível fazer uma aplicação diferenciada, adequada e específica, que teria garantido muito mais a consciência social na erradicação desses problemas?

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Monteiro para responder. Dispõe de 5 minutos.

O Sr. Manuel Monteiro (CDS-PP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Em primeiro lugar,

queria sublinhar, com todo o respeito pelas questões que me foram colocadas, duas coisas muito simples, das quais a primeira é que, infelizmente, não ouvi quase nenhum comentário às propostas que o Partido Popular apresentou face à situação concreta dos têxteis em Portugal.

Neste momento, devido a avaria técnica, diminuiu a intensidade de luz na Sala.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, enquanto houver som e alguma luz na Sala temos condições para continuar a funcionar.

O Orador: — Não há problema! Temos cá o Sr. Secretário de Estado da EDP, portanto, seguramente, o problema será resolvido!

Risos.

Vozes do PS: — Secretário de Estado da EDP...!?

O Orador: — Da Energia!

Mas a segunda nota que queria registar, tal como já fiz há pouco, é que não vi ninguém do PS explicar ou mesmo perguntar por que razão não se encontra neste Plenário o Sr. Ministro da Economia quando estamos a falar de um dos sectores mais importantes da actividade económica. Será que também já se demitiu ou já foi substituído e o País, nomeadamente o Partido Popular, ainda não tem conhecimento disso?

O Sr. Jorge Ferreira (CDS-PP): — Muito bem!

O Orador: — Quanto às questões abordadas, e começando pelas do Sr. Deputado Medeiros Ferreira, queria referir que não disse, em momento algum, que queria pôr em causa qualquer relação de Portugal com Angola. O que disse foi que as relações de Portugal com Angola não podem apenas ser feitas à custa dos empresários portugueses e que o Estado tem de assumir as suas responsabilidades e obrigações, à semelhança do que fizeram os Estados brasileiro e espanhol.

Aplausos do CDS-PP.

Estamos perante países que convencem os seus empresários a investir e a vender nesses países africanos mas estão ao seu lado quando esses Estados não pagam. Ao contrário, o Estado português não o faz; o nosso Governo apenas reúne com os empresários, pede-lhes que invistam, convence-os a fazê-lo, mas quando eles não têm o dinheiro de volta imediatamente o Estado português vira-lhes as costas, não os atende e não dá resposta concreta àquilo que efectivamente os preocupa!

O Sr. Jorge Ferreira (CDS-PP): É verdade!

O Sr. Joel Hasse Ferreira (PS): — Não é verdade!

O Orador: — Em segundo lugar, não estou preocupado apenas pelo facto de saber se o Governo do meu país recorreu ou não para o Tribunal de Justiça. Aquilo que o Governo do meu país deveria ter feito era ter invocado o interesse vital, porque era do interesse vital de Portugal que se tratava naquele momento. Agora, aquilo que espero que o Governo de Portugal faça junto do Tribunal de Justiça, entre outras instituições, é que pergunte se os acordos entretanto

assinados estão ou não a ser respeitados, ao abrigo das normas em vigor. Disso os senhores não falam! Passam o tempo a dizer que sou contra a Europa mas, enquanto tratam como criminoso um empresário que tem um jovem de 15 anos a trabalhar, não dizem que não há liberdade nem regras de concorrência normais e justas quando há crianças de quatro, cinco seis, sete e oito anos a trabalhar na Índia e no Paquistão, os quais, depois, mandam para cá os seus produtos, fazendo um concorrência desleal aos portugueses.

Aplausos do CDS-PP.

Sr. Presidente, Sr. Deputado Medeiros Ferreira, numa palavra e com todo o respeito, o que V. Ex.^a veio aqui dizer ao Parlamento foi que este debate não tem dignidade para vir a Plenário porque já foi tratado nas comissões.

Na verdade, houve muitas reuniões de comissões em que este assunto foi tratado, mas sabe V. Ex.^a que quem requereu muitas delas foi o Partido Popular. V. Ex.^a disse que houve muitas reuniões e que nelas estiveram muitos membros do Governo, mas sabe V. Ex.^a quem pediu a presença desses membros do Governo? Foi o Partido Popular! Foi o Partido Popular que as solicitou, que pediu a presença dos membros do Governo. Fê-lo ontem, fá-lo hoje e fá-lo-á amanhã, as vezes que entender!

Aplausos do CDS-PP.

Sr. Deputado Carlos Encarnação, como V. Ex.^a verificou, não vim aqui discutir o passado. Poderia tê-lo feito porque creio, com sinceridade, que, no tempo em que nos encontramos e quando falamos de economia, o que me importa não é o passado nem aquele que é ou não é o actual; o que me importa é saber se, efectivamente, temos ou não capacidade e condição para resolver os problemas que, no presente, afectam a economia portuguesa.

Cada vez que oiço o Partido Socialista, oiço-o a desresponsabilizar-se com aquilo que o PSD fez; e, muitas das vezes que oiço pessoas do PSD falar, oiço-as a responsabilizar o PS não por aquilo que está a fazer mas por aquilo que o PS disse. Esse debate não nos interessa. Esse debate não interessa ao País. Esse debate não preocupa os portugueses. Aquilo que interessa ao País e preocupa os portugueses é saber não quem perdeu e porque é que perdeu, não quem ganhou e porque é que ganhou; o que interessa aos portugueses é saber se nós todos aqui, incluindo o Partido Comunista — porque foi eleito —, temos ou não capacidade para dar as mãos e para encontrar soluções sérias de forma a resolverem-se os problemas da economia portuguesa. É isso que se exige aos políticos portugueses, independentemente das outras coisas.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Carlos Encarnação, PREC, comigo, não! Se olhar, eventualmente, para dentro da sua bancada — perdoar-me-á o reparo — com certeza que não terá a mesma resposta que eu estou a dar-lhe neste momento.

V. Ex.^a fala de PREC a propósito de uma tentativa séria de resolver um problema igualmente sério, que são as dívidas de muitas empresas portuguesas ao Estado e à segurança social. E eu pergunto: quem perdoou a Coelima? Quem é que encheu o NOR-PEDIP de participações nas indústrias têxteis?

O Sr. Jorge Ferreira (CDS-PP): — Foi o PSD!

O Orador: — Assumam também essa vossa responsabilidade! Porque é que agora estão a dizer coisas que não assumiram na altura?

Aplausos do CDS-PP.

E nós não estamos a falar de perdões, estamos a falar de negociações sérias em nome de critérios honestos e em nome de critérios objectivos. Não estamos a falar de perdões, estamos a falar de negociações! E estamos a falar, Sr. Deputado, de negociações ao abrigo da lei e não de negociações que apontam para pagamentos de dívidas no tempo, contra a lei e ao arreio de qualquer lei. É isso que o Governo de Portugal também tem de explicar.

Aplausos do CDS-PP.

É isso o que este Governo de Portugal também tem de explicar quando negoceia determinadas dívidas e pagamentos de dívidas sem que a lei portuguesa para isso tenha sido ouvida e sem que a lei portuguesa para isso tenha sido chamada.

O Sr. Jorge Ferreira (CDS-PP): — Copiaram o PSD!

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, tem de terminar.

O Orador: — Sr. Presidente, queria dizer a V. Ex.^a que andei pelo País...

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Nós também andamos!

O Orador: — Andei pelo País... Tive azar porque não encontrei ninguém preocupado com o sector da indústria têxtil que me dissesse estar convencido de que bastava, num golpe de mágica, aparecerem as regiões administrativas para que o problema se resolvesse. Bem pelo contrário, Sr. Deputado! Aquilo que vi foi os empresários do meu País e do seu País dizerem que vêm aí mais impostos, que vêm aí mais «tachos» para pagar. E vamos pagar a pessoas do Partido Socialista que estão a tentar, à custa de mais cargos, encontrar mais uma forma de subsistência e de vida!

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, é óbvio que, em Conferência de Representantes dos Grupos Parlamentares, temos de rever a grelha dos debates de urgência. Enquanto o não fizermos, temos que, de algum modo, respeitar o mais possível a grelha que está fixada.

É evidente que tenho de dar igualdade de tratamento a todos os grupos parlamentares e serei igualmente tolerante em relação a todos.

Entretanto, os serviços técnicos, devido à avaria que teve lugar, pedem um minuto para normalizarem os painéis dos tempos.

Pausa.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Torres.

O Sr. Francisco Torres (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: O PSD fará sempre uma oposição séria e construtiva. Somos a alternativa de Governo, por isso não poderemos fazer das verdadeiras preocupações dos portugueses um mero espectáculo mediático, por isso não jogaremos nunca a carta da demagogia. Seremos, contudo, rigorosos e vigilantes na defesa dos interesses dos portugueses.

O CDS-PP foi para a estrada fazer comícios junto de trabalhadores e industriais do sector têxtil naturalmente preocupados com o futuro do sector. Espera-se que tenha aprendido qualquer coisa. Aprendeu!... Peço perdão, eu sei que, no CDS-PP, não gostam de aprender, de ser alunos...

Protestos do CDS-PP.

Percebeu que as pequenas e médias empresas são indispensáveis à sobrevivência económica do País. Essa é a convicção profunda do PSD, expressa, aliás, nas contribuições portuguesas para o livro branco sobre o crescimento, a competitividade e o emprego, e expressa também no seu programa eleitoral. Percebeu ainda o PP que é mau apoiar as empresas que não têm viabilidade económica e que, recebendo subsídios, prejudicam postos de trabalho e as empresas que têm «pernas para andar». Não o disse, com certeza, aos trabalhadores e empresários das muitas empresas sem viabilidade que encontrou. O PP não tem nem terá responsabilidades governativas, não é uma alternativa credível de oposição e, por isso, pode mostrar-se preocupado e explorar politicamente o desespero dos trabalhadores e empresários do sector. Nesta matéria como noutras o PP comporta-se como o PCP.

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — E o PSD como o PS!

O Orador: — Mas como as soluções mágicas não existem — dizia o Sr. Deputado há pouco —, a demagogia não faltou na «volta» dos Populares. O PP quer criar um partido político para resolver o problema dos têxteis, o «partido de Portugal» — imagine-se! E, claro está, policiar as fronteiras, através da fiscalização de camiões pela GNR e pela Guarda Fiscal, e eventualmente barrar a entrada de todos os produtos estrangeiros.

Agora são os países da Ásia e do Pacífico que devem ser combatidos, sem esquecer Angola, cujo Governo parece não pagar as exportações portuguesas, e a Turquia que, segundo o PP, produz os seus têxteis com trabalho infantil e escravatura. Para quem rejeita a integração europeia, pouco espaço lhe resta no Mundo.

De acordo com a comunicação social, uma das medidas propostas pelo CDS-PP — na vertente externa — é a exigência, no seio do GATT, de restrições à entrada de produtos oriundos de países terceiros. Para além do absurdo da contradição, isto é não fazer a mínima ideia do que é a Organização Mundial de Comércio (OMC), de como se rege hoje o comércio internacional. Como se fosse possível reabrir as negociações do *Uruguay Round*, esta «brilhante» proposta seria mesmo concretizada na Conferência Inter-governamental! Será que o CDS-PP se tornou europeísta?

Na vertente interna, o CDS-PP diz que é necessário levar a cabo uma avaliação séria e honesta das empresas. Mas, para o PP, quem faz essa avaliação não é o mercado, não são os consumidores, mas sim um «gabinete técnico» formado por economistas e engenheiros de renome onde não teria lugar o Sr. Michael Porter ou sequer os seus conselhos. Voltámos ao PREC! Um conjunto de iluminados, todos mais competentes do que o Sr. Porter, ou talvez um conjunto de amigos, iria decidir, do alto de um gabinete técnico —, talvez o gabinete de estudos do tal «PP-partido de Portugal» —, quais as empresas viáveis e quais as empresas inviáveis. Estas mandavam-se rapidamente para a falência, aquelas receberiam empréstimos do Estado à taxa zero. Nada como um partido responsável!...

O Sr. Nuno Abecasis (CDS-PP): — Anda a ouvir mal!

O Orador: — Os têxteis constituem um sector em crise em toda a Europa e a sua sobrevivência e prosperidade dependem da sua evolução para formas descentralizadas e flexíveis de produção e para formas sofisticadas de comercialização; dependem de uma aposta na qualidade. Há casos de sucesso na Europa, nomeadamente em Itália, que sobrevivem até à abertura total do comércio internacional. Portugal tem de evoluir rapidamente nesse sentido.

Em Portugal o peso do sector têxtil é, como todos o sabemos, muito importante, quer em termos de emprego quer em termos das nossas exportações. É, no entanto, um sector pouco competitivo e não vale a pena escondê-lo. Foi um sector que, na sua globalidade, se modernizou pouco. A política de desvalorizações da nossa moeda nos anos 70 e 80 não incentivou a sua restruturação. Os empresários portugueses podiam vender barato e pagar salários baixos sem se preocupar muito com a qualidade. No passado recente, embora já conscientes de que a concorrência de países terceiros teria efeitos devastadores para o sector, pouco se fez para se alterar esta situação.

Hoje temos de garantir que, pelo menos, parte deste sector irá evoluir para formas de produção e comercialização verdadeiramente competitivas e evitar o desemprego que poderia ser causado por uma deslocalização abrupta da produção

Fez-se, no entanto, bastante no sentido de garantir um período de transição suficientemente dilatado para a abertura não apenas do nosso mercado mas do mercado interno europeu. Portugal foi um país influente nas negociações sobre a liberalização dos têxteis no âmbito do GATT. Lembremos que, em 1989, em Montreal, a liberalização total estava aprazada para dois ou três anos; lembremos que, em 1990, em Bruxelas, o período de transição ainda era de apenas cinco ou seis anos. Ora bem, concluíram-se as negociações do *Uruguay Round* com a garantia de um período de transição de 10 anos para a indústria têxtil nacional. Para além do mais, esse período é constituído por três fases, estando a passagem à segunda e terceira fases condicionada a uma avaliação técnica e política da situação.

Como é que se conseguiu esse período de transição, agora de certa forma ameaçado? Com muito trabalho político! Como é que, para além disso, e depois de conseguido um prazo de 10 anos no âmbito do GATT, se conseguiu um apoio financeiro de 80 milhões de contos para a restruturação do sector? Com muito trabalho político! Foi o empenho político do governo de então, a defesa intransigente mas construtiva (sem «muros na mesa») da especificidade do sector têxtil português que levaram ao empenho da Comissão Europeia e do seu Presidente, Jacques Delors, nas negociações com os EUA; foi o trabalho político que, em 1989, levou a Bélgica, a França e a Alemanha a estarem em sintonia com os nossos objectivos; foi com o apoio da Alemanha que conseguimos algumas ajudas financeiras da União Europeia para a restruturação do sector; foi com trabalho político de forma a que nunca ficámos isolados em matérias tão importantes quanto estas. Mais uma vez peço perdão, sei que a postura do Governo nestas matérias não é consentânea com esta atitude, mas agora exige-se também aqui em solidariedade com o anti-europeísmo do PP. Infelizmente, parece que não se consegue muito seja em matéria de pescas, agricultura ou têxteis.

Mas como é que agora, no que respeita aos acordos com a Índia e o Paquistão, ficámos pela primeira vez isolados de todos os nossos parceiros? Nem a Itália, nem a

Espanha, nem tão-pouco a Grécia se mostraram solidários com Portugal. Como é que o Governo deixou chegar a tal ponto as negociações? O que é que falhou? O PSD, como todos os portugueses, foi surpreendido com a derrota do Governo em Bruxelas. Falharam os contactos pessoais através da Internacional Socialista? Falhou a compreensão dos nossos parceiros pelas preocupações do Sr. Primeiro-Ministro quanto ao emprego e ao comércio justo? Restou ao Governo apresentar recurso junto do Tribunal de Justiça Europeu. Fomos para o terreno mais desadequado para a defesa dos nossos interesses. Como foi possível não ter utilizado a negociação política a tempo? Se perdermos este recurso perderemos a voz em matéria de defesa do sector têxtil por muitos e bons anos e desperdiçaremos a compreensão dos nossos parceiros para a especificidade do problema português nesta matéria, que conseguimos em sede de negociação política.

O PSD não pode compreender como é que este Governo, que começou por apregoar um endurecimento de posições face à Comissão Europeia, não consegue sequer fazer respeitar o acordado previamente em matéria de liberalização dos têxteis. A Comissão tem um mandato para a condução da política comercial no pressuposto de que as oportunidades comerciais para a União Europeia não penalizam excessivamente um determinado país, sobretudo se esse país é um dos mais pobres da União.

O Governo conta com o apoio do PSD para empreender uma restruturação séria do sector têxtil, para minimizar os custos sociais dessa restruturação e para defender os nossos interesses junto da Comissão Europeia e dos nossos parceiros europeus em matéria de liberalização do comércio internacional. Acreditamos nas vantagens do comércio internacional, mas prezamos a coesão económica e social, acreditamos na solidariedade entre os países industrializados e os países em vias de desenvolvimento mas rejeitamos qualquer tipo de discriminação comercial contra Portugal. Para além disso, acreditamos também na solidariedade intra-europeia. Acreditamos que é pela via da negociação política que conseguiremos defender melhor os nossos interesses. Acreditamos, no entanto, que o Governo tem todas as condições para prosseguir com firmeza a defesa dos períodos de transição que nos foram garantidos anteriormente. Não nos parece aceitável que o Governo falhe nesta matéria! Não nos parece aceitável que o Governo, que se diz ser um dos governos mais preocupados com o emprego na Europa, não avance com medidas concretas para a criação sustentada de empregos de qualidade, não avance com a implementação de várias medidas propostas pela própria Comissão Europeia e pelo anterior Governo já previstas no livro branco que há pouco mencionei. O PSD não apostava na política do «quanto pior melhor», não apostava na demagogia, não apostava sequer no derrube do Governo antes do fim desta legislatura (como os mais nervosos parecem acreditar). O PSD estará ao lado do Governo na defesa do emprego e da coesão social, mas não perdoará atrasos, hesitações, cedências ou mera incompetência política.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Octávio Teixeira.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Secretários de Estado, Srs. Deputados: A União Europeia erigiu em valores supremos o livre-cambismo e a ortodoxia

monetária em detrimento do crescimento sustentado dos vários países que a integram, em detrimento do emprego e pondo frontal e friamente em causa o «modelo social» que vigora na generalidade dos seus Estados membros.

Esta opção pela regressão social é manifesta no conteúdo e nas orientações fundamentais do Tratado de Maastricht. E tal opção foi igualmente visível em 1993, na fase final das negociações do *Uruguay-Round*, quando a União Europeia se submeteu, no essencial, às condições impostas por Washington.

É um facto inequívoco que, após a última ronda do GATT, foi dado mais um e importante passo para o abismo na perspectiva da mundialização selvagem da economia e, muito particularmente, na bárbara mundialização da mão-de-obra. A União Europeia inscreveu-se voluntariamente nesta dinâmica socialmente suicida, sem sequer tentar impor critérios e normas sociais ou ecológicas, ou, mesmo e tão-só, mecanismos de compensação das flutuações do dólar, susceptíveis de minimamente «moralizarem» as trocas comerciais a nível mundial. Nomeadamente no sector têxtil, o desmantelamento progressivo do Acordo Multisíbras não poderia ter outra consequência para os países da União Europeia que não fosse a da aceleração da eliminação de postos de trabalho. Neste como noutras sectores de actividade de mão-de-obra intensiva, confrontadas com a total e completa abertura das fronteiras, as empresas só encontram duas vias possíveis de sobrevivência: ou modernizam os seus equipamentos, suprimindo mão-de-obra, ou deslocalizam total ou parcialmente a sua produção, igualmente suprimindo postos de trabalho. No limite, há ainda uma terceira via: o retrocesso dos salários dos trabalhadores europeus, mesmo os mais baixos, como os salários portugueses, para os níveis de que vigoram nos países do terceiro mundo, pois são esses salários de completa miséria os únicos compatíveis com a ditadura do mercado omnipotente.

Mas estas vias não são, nem para o PCP, nem para o País, nem para os trabalhadores, alternativas política e socialmente aceitáveis.

E se esta situação é claramente a que se coloca à generalidade da indústria têxtil e de vestuário europeia, ela é particular e mais rudemente evidente para os países, como Portugal, em que a sua indústria assenta fundamentalmente em produtos de baixo valor acrescentado e se alimenta quase que exclusivamente dos baixos níveis salariais.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, se as consequências das regras da emergente Organização Mundial do Comércio eram já, a médio prazo, nefastas para a viabilidade futura da indústria têxtil portuguesa, a Comissão da União Europeia achou pouco.

Aí estão para o mostrar, por exemplo, os acordos comerciais estabelecidos pela Comissão com a Índia e o Paquistão, reduzindo seriamente os prazos de transição para a eliminação das barreiras alfandegárias, agravando as condições estabelecidas pelos Acordos do GATT e acentuando, de forma drástica, os seus impactos desastrosos sobre a indústria têxtil e de vestuário portuguesa.

Sector de actividade que, importa recordá-lo para mais fazer sobressair a gravidade da situação, é responsável por cerca de 25% do emprego industrial que ainda resta no nosso país e qualquer coisa como 30% das exportações nacionais.

Acresce que as posições ultraliberais que vêm sendo assumidas pela Comissão nada têm de ingênuo, de ignorância ou de incompetência. Elas são ditadas pelos interesses específicos dos países comunitários economicamen-

te mais desenvolvidos, pelos interesses dos países e das empresas multinacionais dominadores da União Europeia.

Sejamos claros os acordos assinados com a Índia e o Paquistão sacrificam objectiva e voluntariamente interesses vitais de Portugal como moeda de troca para a liberalização por aqueles países asiáticos de outros sectores, como o das telecomunicações, beneficiando especialmente a França e a Alemanha e o grande patronato europeu!

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Mas, Srs. Deputados, as instâncias decisórias da União Europeia, nomeadamente o Conselho e a Comissão, não são entidades abstractas. Elas são constituídas pelos Governos dos Estados membros ou integradas por representantes por si nomeados. E por isso importa questionar o que fazem ou fizeram os Governos portugueses para defender os interesses da indústria têxtil de vestuário nacional e responsabilizá-los pelos seus actos e pelas suas emissões: fizeram... nada!

O Governo do PSD aceitou tudo o que os outros quiseram no *Uruguay Round*, a troco de mais «trinta dinheiros», como sempre e em todas as circunstâncias fez. Dinheiros que, para além de escassos, não poderão ajudar a indústria têxtil a modernizar-se por falta do tempo que lhe não é concedido para esse fim.

O actual Governo do PS vangloria-se de ter ditado para acta não aprovar o acordo comercial com a Índia e o Paquistão e de ter declarado «tencionar interpor recurso de anulação junto do Tribunal de Justiça». Os resultados práticos são os mesmos, isto é, são nenhuns.

Se o Governo considera, como escreveu, que este Acordo por si só não acautela devidamente os legítimos interesses dos produtores de têxteis portugueses, por que razão não usou de todas as armas ao seu alcance para os defender, por que não invocou interesses vitais do nosso País? E quanto à «intenção» de recurso para o Tribunal, quer o Governo do PS fazer-se passar por ingênuo? Pretende o Governo mostrar desconhecer que em matéria de liberalismo e de centralismo quando a Comissão diz «meta» o Tribunal de Justiça Europeu imediatamente responde com um «esfolo»?

Aplausos do PCP.

Na verdade, e mais uma vez, o que actual Governo demonstra é que a sua tática é dar murros no ar para «pôr em ver» e continuar, como o seu antecessor, a submeter-se a tudo o que a Alemanha e a França querem e impõem.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: A indústria têxtil portuguesa, como a de vestuário e tantas outras, não estão condenadas por qualquer determinismo a afundar-se e a desaparecer. Isto só sucederá, e inevitavelmente, se a União Europeia e os governos de Portugal continuarem, ritual e cegamente, a perorarem sobre a necessidade de reduzir a inflação para níveis próximos do zero, de reduzir os défices orçamentais, de prosseguir uma política monetária restritiva, de encorajar a flexibilidade do trabalho, de desmantelar o «Estado providência» e de estimular o livre-câmbio integral e selvagem.

Esse descalabro só se verificará se continuar a não se impor o bom senso, a não se admitir que sem desenvolvimento social não há desenvolvimento económico satisfatório, a não se reconhecer que não se pode construir uma economia sólida sobre uma sociedade em ruínas.

Já são demais os actuais 500 mil desempregados e os muito outros excluídos, o desmantelamento que sofremos em múltiplos sectores de actividade, o aceleradamente crescente encerramento de empresas por todo o País.

É tempo de mudar de orientação, antes que seja irremediavelmente tarde. É tempo do primado do crescimento sustentado e da tão propalada mas sempre esquecida coesão económica e social. É tempo de considerar que o mais agudo e preocupante problema que se coloca à União Europeia e a Portugal é o do desemprego e, coerentemente, trabalhar árdua e prioritariamente para o combater e para promover o progresso social.

Não é tempo de mais comissões para analisar situações que diagnosticadas estão. É, sim, tempo de defender e promover, com políticas adequadas e não com meras frases e declarações retóricas, a produção nacional e o privilégio ao consumo de produtos nacionais. É tempo, afinal, de Portugal fazer por si o que os outros por nós não fazão. É tempo de o Governo enxergar que é absolutamente indispensável mudar de rumo.

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, tenho o prazer de vos anunciar que se encontra presente na galeria dos diplomatas o Sr. Presidente do Parlamento da Baviera e a delegação que o acompanha na sua visita a Portugal.

Saudemo-los.

Aplausos gerais, de pé.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado José Saraiva.

O Sr. José Saraiva (PS): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Não vivemos de ilusões; como na peça de Ibsen, os espectros bailam sobre o sector têxtil. Mas, por Deus!, sejamos realistas: há 20 anos que todos ouvimos falar na crise da indústria têxtil.

Todos sabemos o essencial: o que representa para a economia nacional; o que significa para o volume de emprego na indústria transformadora; o que importa para os trabalhadores — os mais baixos salários praticados; o esforço de muitos empreendedores e o empenho de excelentes empresários. Ou seja, todos temos consciência da atenção que a todos mereceu sempre a «crise». Importaria, talvez, perguntar se todos fizeram tudo para enfrentar os problemas e obter como resultante as respostas que se sabiam mais tarde ou mais cedo nos seriam exigidas. E julgo que, na última década, apesar de alguma atenção ao que se passava, por exemplo no Vale do Ave, nem sempre se soube obter uma concertação estratégica que pudesse, já agora ou no próximo futuro, responder afirmativamente ao impacto de uma economia que tende a ser cada vez mais competitiva e aberta. Sabe-se que essa década foi — e aqui a culpa não morre solteira — a da oportunidade perdida.

Agora, porém, estamos, Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, confrontados com uma nova realidade: atravessa a Europa e a União Europeia um fundamentalismo liberal que invade as nossas convicções, mas que não nos perturba! Fez bem por isso mesmo o Governo, Sr. Secretário de Estado, em protestar pelo modo e pela forma com que o fez perante os nossos parceiros. Alguns admitiriam que seria útil, melhor, talvez votar favoravelmente e negociar por debaixo da mesa. Ficamos sós — dir-me-ão. Foi pena! Há quem ainda teime na Europa em vender a alma por 30 dinheiros.

É sabido que à crescente opção para o comércio livre internacional o Governo da responsabilidade do Partido Socialista contrapõe com firmeza a defesa de um comércio justo. Está com essa atitude política não só a defender a economia portuguesa mas também a economia europeia, o que quer dizer a bater-se com galhardia e bom senso por empresários e por trabalhadores. O que é certo é que o Governo — e fez bem — não hipotecou a sua alma a um qualquer prato de lentilhas (leia-se, alguns milhões) servido por Bruxelas. Outros o fizeram no passado e conhecem-se as consequências...

Só que vencer esta batalha não é apenas uma tarefa governamental. Cabe aos empresários e aos trabalhadores saberem ultrapassar barreiras, derrotar velhos demónios e lançarem-se numa opção crucial: unirem-se na modernização industrial, na promoção da imagem internacional dos seus produtos, na procura de maior colocação nos mercados potencialmente disponíveis. Para isso contarão, disso está certo o PS, com o Governo e com o apoio de todos nós. A posição conjunta assumida já pelos industriais e pelos sindicatos é um agradável sinal de que algo já mudou e por isso mesmo aqui o saudamos.

O mesmo, Sr. Presidente e Srs. Deputados, não podemos fazer àqueles que, ciclicamente, peregrinam pelo país — hoje nos têxteis, ontem nos pomares, anteontem junto dos pescadores —, dizendo em voz alta que os dramas têm um único culpado: a nossa cada vez mais empenhada integração na União Europeia. Nunca, porém, afirmam uma alternativa, limitando-se mesmo somente a agitar um protecionismo comercial desadequado ao tempo e à vida.

É verdade, o projecto europeu não se edifica com algazarra. Fora da Europa, Portugal não teria destino. Por isso, nós, socialistas, sempre quisemos estar lá com responsabilidade, sem abdicações humilhantes, com firmeza, sem a petulante arrogância que é típica dos desnorteados e dos fracos. Os empresários compreenderam a nossa posição, os trabalhadores perceberam-no. Desgraçadamente, teimosamente, há quem queira medrar com as dificuldades. São sempre os mesmos e mesmo agora outros também.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Europeus.

O Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Europeus (Seixas da Costa): — Sr. Presidente. Srs. Deputados: Gostava, em primeiro lugar, de saudar, em nome do Governo, esta iniciativa do Partido Popular. Pensamos, de facto, que a importância da indústria têxtil no contexto das relações económicas externas do país justifica um debate alargado que, na medida do possível, possa gerar consensos para a definição das linhas orientadoras da acção política nesse sector. Mas precisamente pela sua importância nacional, quer no plano do emprego, quer em volume de exportação, creio que deveríamos refrear-nos na utilização desta discussão como mera sede de combate interpartidário. Com efeito, quaisquer divisões que possamos mostrar neste domínio (gostava que isso ficasse claro) têm óbvias condições para exploração no plano externo e isso deve ser evitado.

Alguns dos Srs. Deputados que me antecederam já deixaram bem patente a importância do sector no âmbito nacional, bem como a dimensão regional dos problemas que o afectam. Isso justifica, naturalmente, que a situação que se vive no sector têxtil esteja no centro das preocupações do Governo, nomeadamente no que toca ao seu tratamen-

to no âmbito da União Europeia. Creio que isso é sabido por parte da opinião pública, tal como o sabem os operadores económicos do sector. Mas gostaria de deixar claros, desde já, alguns aspectos fundamentais que creio ser importantes que resultem da posição do Governo neste debate.

Em primeiro lugar, convém que fique aqui expresso que a estratégia seguida pelo Governo no que toca ao sector têxtil assenta no princípio de que esse mesmo sector deverá continuar a representar um elemento significativo no nosso tecido industrial e que, de forma alguma, encaramos o futuro da indústria têxtil numa óptica de progressiva desaparição. O têxtil não é necessariamente uma indústria em «contra-ciclo» no plano europeu, tendo um espaço possível e deseável de afirmação no quadro da nossa projecção económica externa.

É contudo imperioso que haja algum realismo na consideração do modo como esse mesmo sector têxtil se poderá projectar no futuro do tecido industrial português. A nossa indústria têxtil só tem condições para se impor desde que correctamente dimensionada para o quadro de competição crescente com que inexoravelmente é, e cada vez mais será, confrontada. Isso pressupõe naturalmente um processo de modernização rápido e eficaz, uma cultura empresarial mais ofensiva e uma tomada de consciência de todos os agentes económicos com vista à sua preparação para essa mudança. Importa deixar esta mensagem: a indústria têxtil tem futuro neste país desde que esteja baseada num maior grau de sofisticação tecnológica, que aposte na qualidade, que possa consubstanciar-se em vantagens comparativas que não se situem exclusivamente nos custos da mão-de-obra e na adopção de padrões sociais de produção desajustados.

E chegaria aqui à questão da dimensão europeia do problema.

Não vale a pena escamotear um elemento que é hoje um dado adquirido no relacionamento externo da União Europeia: a filosofia prevalecente nos últimos anos no comércio mundial aponta para uma acelerada abertura dos mercados, numa lógica de reciprocidade que parte do princípio de que o desenvolvimento das trocas comerciais e dos serviços é, em si mesmo, um factor de crescimento e de progresso, o qual, a prazo, acabará por beneficiar todos os intervenientes no sistema mundial de trocas. Foi este o espírito que esteve subjacente ao Acordo do Ciclo do Uruguai do GATT, que Portugal subscreveu em 1993 e que esta Assembleia ratificou.

Recordo que, no quadro da aceitação comunitária desse entendimento, foi criado para a indústria têxtil portuguesa um instrumento específico de modernização que está em curso de aplicação. Esse instrumento, que dispõe de uma importante contribuição financeira da União, comporta um conjunto indissociável de elementos, nomeadamente de ordem temporal, que é importante preservar e sem cuja observância plena o esforço de modernização que lhe está subjacente não teria sentido.

Por isso dissemos, em Bruxelas, que o que pretendemos é tempo e mercados. Essa continuará a ser a nossa linha. Mas para além disso importa garantir que a lógica do *Uruguay Round* funcione de forma correcta. Com efeito, essa lógica assentava no pressuposto de que o comércio se faria em condições tendencialmente idênticas de produção. E a realidade é, como sabemos, bastante diferente.

Países produtóres que hoje concorrem connosco no mercado da União Europeia (para onde vão, é importante dizer), 80% dos nossos produtos têxteis, o que representa um considerável acréscimo desde a nossa entrada para

a então CEE) exploram factores de produção de baixo custo, não observam regras sociais mínimas e frequentemente recorrem a práticas comerciais desleais — Sr. Deputado Manuel Monteiro, nós também reconhecemos esta realidade e isto é a pura constatação dos factos. Os mecanismos instituídos pela Organização Mundial do Comércio para a fiscalização destes procedimentos irregulares têm sido reconhecidamente ineficazes e começa mesmo a verificar-se algum «fechar de olhos» por parte de alguns países da União face a estas situações.

E aqui o problema da solidariedade intracommunitária começa a pôr-se. E porquê? Porque frequentemente deslocalizaram unidades para essas zonas de baixo custo, cujas produções exportam para a União a preços bastante mais competitivos do que aqueles que a nossa indústria consegue assegurar, o que acaba por lhes embaratecer os preços no seu próprio mercado. Além disso, e não menos frequentemente, alguns operadores comunitários conseguem outras oportunidades comerciais nesses novos mercados, à luz do princípio da reciprocidade de abertura, o que lhes garante a colocação dos seus produtos de tecnologia mais avançada. Quem acaba por «pagar» são os sectores tecnologicamente menos desenvolvidos a nível da União, muito frequentemente o sector têxtil.

É neste quadro, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que tem de ser entendida a questão que recentemente envolveu os acordos têxteis com a Índia e com o Paquistão. Recordo que a aprovação final daqueles acordos, no âmbito da União Europeia, obedeceu às regras da política comum da União. Essas regras pressupõem que a votação se faça por maioria qualificada, o que conduziu a que o nosso país acabasse por ficar em minoria aquando da discussão final. Mas aqui gostava de dar uma surpresa ao Sr. Deputado Francisco Torres: Portugal não ficou sozinho. Nessa minoria ficaram igualmente a Espanha e a Grécia, que votaram contra os acordos, embora Portugal tivesse sido o único a expressar politicamente o seu voto durante o Conselho de Assuntos Gerais.

Assumidas as condicionantes que acabo de referir — e tendo obviamente em conta uma perspectiva realista sobre a capacidade nacional de influenciar as decisões colectivas nas instâncias em que está integrado —, penso que esta perspectiva é importante que se tenha. Diria que o nosso país assenta a sua estratégia de actuação no futuro neste domínio em três níveis de intervenção, interligados entre si.

Num primeiro nível, que tem como referente recente os acordos têxteis com a Índia e com o Paquistão, Portugal decidiu recorrer para o Tribunal de Justiça de decisões tomadas pela Comissão e pelo próprio Conselho. Essa queixa assenta numa dupla dimensão: no plano dos procedimentos (a Comissão tomou medidas regulamentares para que não estava devidamente autorizada pelo Conselho) e no plano da substância (a decisão do Conselho afecta, a nosso ver, o espírito do acordo da OMC e a Comissão terá procedido à adopção de práticas de flexibilização que desvirtuam a essência dos acordos estabelecidos).

Neste ponto, e relativamente à questão do interesse vital que foi suscitada quer pelo Partido Popular quer pelo Partido Comunista e penso que também pelo Sr. Deputado Carlos Encarnação, gostava de saber se de facto a bancada do PSD favoreceria a utilização do interesse vital no caso específico dos acordos com o Paquistão e com a Índia. Não percebi por parte do PSD se defenderia essa utilização. E, já agora, poderia adiantar que a utilização do interesse vital é uma espécie de bomba atómica no âmbito institucional da União do qual, aliás, está afastada no pla-

no formal. Foi utilizada apenas 10 vezes em quarenta anos da União Europeia!

O Sr. Jorge Ferreira (CDS-PP): — E nenhuma por nós!

O Orador: — Portugal nunca a utilizou, apenas ameaçou utilizá-la aquando do *Uruguay Round*.

Para além do significado político desta iniciativa portuguesa junto do Tribunal — que volta a reflectir, a nível da União Europeia, a sensibilidade do sector e o modo como o Governo português está disposto a salvaguardá-la —, uma possível condenação de actos praticados pela União neste domínio, que juridicamente se afigura como viável, pode auxiliar no futuro a contrariar o exercício das práticas que, em nosso entender, desvirtuam os acordos e degradam o regime de auxílio excepcional concedido a Portugal.

Numa segunda linha de acção, Portugal tem vindo a suscitar constantemente, desde a posse deste Governo, um debate sobre os efeitos que os acordos comerciais de liberalização têm em alguns sectores e regiões da União, tendo em especial conta os seus impactes directos sobre o emprego.

É uma linha difícil de obter consenso alargado, dados os desiguais posicionamentos dos Estados membros no tocante à liberalização, como todos sabemos. E afi o problema da solidariedade intracommunitária volta a pôr-se.

Recordaria, contudo, que o documento saído da Cimeira Europeia de Turim consagra já explicitamente essa orientação ao referir a necessidade de se ponderarem na Conferência Intergovernamental os efeitos da globalização comercial sobre o emprego. Esta é uma luta de ideias e de execução de políticas em que os ganhos são passo a passo, mas em que é justo reconhecer que a linha que começou a ser defendida pelo Primeiro-Ministro português desde o Conselho Europeu de Madrid começa a fazer o seu caminho.

Pretendemos, além disso, garantir que a discussão, no âmbito da União Europeia, que antecederá a Conferência de Singapura para reanálise dos acordos da OMC, que terá lugar no final deste ano, seja marcada por essas preocupações — para as quais começam, aliás, a ser evidentes os ecos noutros Estados membros, onde alguns sectores começam a sentir os efeitos nefastos dessa liberalização a todos os azimutes.

Fica-nos ainda um terceiro plano, que é o da negociação, caso a caso, dos futuros acordos da União com países terceiros.

Neste domínio, a orientação do Governo vai no sentido de procurar que os calendários de desmantelamento paulatinal sejam organizados de tal forma que os produtos de maior sensibilidade para nós, originários de países terceiros, tenham um acesso ao mercado comunitário o mais tarde possível. E continuaremos a procurar garantir que as aberturas dos mercados desses mesmos países terceiros abram produtos de interesse para a exportação portuguesa.

Importa sublinhar que, nesta área, temos tido uma frutuosa acção conjugada e paralela com os industriais do sector têxtil que — é importante que se diga nesta Assembleia — têm reconhecido o empenhamento do Governo e têm-nos feito sentir que consideram que a nossa acção, no plano europeu, tem sido a que, dentro das limitações em que nos movemos, é a que mais correctamente defende os interesses nacionais.

Procuraremos continuar a aliar, no futuro, esses industriais e as suas associações representativas e desejavelmente também as estruturas sindicais a este esforço nego-

cial e de sensibilização de sectores congêneres noutros Estados membros, contando igualmente com o papel que os Deputados portugueses ao Parlamento Europeu podem desempenhar para um alertar nessa instância sobre as dificuldades específicas com que o sector têxtil se debate.

Mas, como elemento final de reflexão, convirá sempre ter presente uma realidade incontornável: nenhuma perspectiva proteccionista, a médio ou longo prazo, tem possibilidades de sustentação num mundo de competição aberta como aquele em que vivemos, não obstante as salvaguardas temporais que conseguirmos introduzir.

Só uma estratégia ofensiva que consiga afirmar qualitativamente a indústria têxtil portuguesa no mercado da União e que explore oportunidades em terceiros mercados garantirá um futuro para a indústria têxtil nacional.

À disposição desta estão hoje mecanismos de promoção e instrumentos financeiros de modernização que podem auxiliar a reforçar a sua competitividade.

O Governo procurará, no âmbito comunitário, prosseguir o esforço negocial adequado para ajudar o sector a ganhar o tempo necessário para essa modernização.

Mas a palavra final — e quanto a isso não vale a pena ter ilusões — pertencerá sempre aos empresários e à sua capacidade de assumirem o esforço de reapetrechamento tecnológico e a criatividade na acção ofensiva nos mercados externos.

O evidente sucesso que muitos deles já conseguiram leva-nos a acreditar que é possível estender esse exemplo dentro do sector.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, inscreveram-se, para pedir esclarecimentos, os Srs. Deputados José Carlos Tavares, Francisco Torres, Heloísa Apolónia, Octávio Teixeira, Silva Carvalho, Carlos Encarnação e Luís Marques Mendes. Acontece que o Sr. Deputado Silva Carvalho já não dispõe de tempo e, sinceramente, não posso ser mais tolerante do que já fui. Desculpe, mas já tiveram mais 14 minutos. Como é evidente, vou dar igualdade de tratamento a todos os partidos, mas não posso aumentar a margem dessa igualdade, senão não saímos daqui.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Carlos Tavares.

O Sr. José Carlos Tavares (PS): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Europeus, este é um ponto importante para a actuação do nosso Governo e para Portugal. Não podemos, Sr. Secretário de Estado, jogar na banalidade e não termos uma visão de conjunto, sistematizada e global sobre o interesse estratégico de Portugal.

Nesse contexto, se, porventura, Portugal tomasse a posição que o Sr. Deputado Manuel Monteiro quer de exclusão política em matéria europeia haveria ou não custos muito mais elevados para este país.

Não se constituiu nesta sua cruzada, que é, de certo modo, um pérriplo regional da direcção do CDS, que muito me congratula, como uma espécie de mensageiro antieuropéista, de síndroma de auto-exclusão em que parece ser um profeta da desgraça para o País.

Mais — e pergunto se, porventura, isto não é mais sério no quadro internacional —, se Portugal não pertencesse à Comunidade Europeia, pertenceria à Organização Internacional de Trabalho (OIT), ao GATT ou à OMC, o que implica regras bem definidas como Estado de direito e soberano, sendo um dos países que mais se preza em ter-

mos mundiais com uma história diplomática e que sabe respeitar a sua soberania e a dos outros, para além de termos um espírito universal.

É preciso ver que, na situação interna da Comunidade, há duas situações que constituem factores de fragmentação do mercado europeu: um, de internalidade e, outro, de externalidade.

Quanto à situação externa, é necessário, num princípio de subsidiariedade e de ligação intrínseca com o mundo, a celebração de acordos preferenciais, nomeadamente, com países terceiros. Este é um factor de fragmentação do mercado interno e, quando nos comprometemos com as regras da Comunidade Europeia, assentámos neste pressuposto.

Outro é um problema interno também de fragmentação do mercado interno europeu, que tem a ver com as barreiras técnicas, físicas, fiscais, etc., porque ainda não há uma verdadeira harmonização em tudo. Por isso, há também o *dumping* fiscal, o *dumping* social, dentro da própria Comunidade.

Dentro deste princípio de sermos um Estado de direito e acordarmos pertencer à Comunidade Europeia como a «casa comum» a que temos a honra de pertencer desde sempre em termos naturais e geográficos e porque pertencemos no campo de uma personalidade que é a «cintalidade» deste grupo sem perdermos a personalidade e a identidade do nosso país e de portugueses, certamente é nesta base que tem todo o interesse actuarmos e termos uma firmeza permanente.

Peço ao Sr. Secretário de Estado que diga não só a mim como ao País, em termos concretos, o que pensa destas três dimensões: Portugal como pertencente à Comunidade Europeia, sendo um país que tem um elevado grau de cidadania e que quer responder à competitividade internacional dentro das regras internacionais da abertura do comércio do GATT e não a um protecionismo balofo; quais as atitudes para o emprego em competitividade dentro do País e quais as regras que temos de definir em termos da nossa integração mais profunda na Comunidade Europeia, nomeadamente em mecanismos compensatórios de ordem mais económica do que financeira com a hipótese de abertura de outros mercados e para dentro do País; a definição de uma visão global e estratégica do Governo, em ligação com as apetências e afinidades regionais, ouvindo em co-decisão os parceiros sociais, nomeadamente sindicatos, operadores económicos, instituições privadas e públicas das próprias regiões, de forma a minorar este impacto comunitário.

Entretanto assumiu a presidência o Sr. Vice-Presidente Mota Amaral.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado João Carlos Tavares, peço-lhe o favor de terminar.

O Orador: — É pois importante ter esta visão de Portugal no mundo, mas tendo posições firmes dentro de Portugal, da Europa e do mundo.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente (Mota Amaral): — Antes de dar a palavra ao Sr. Deputado Francisco Torres, gostaria de salientar a presença, entre nós, de um grupo de 35 alunos da Escola Secundária Dr. Manuel Fernandes, de Abrantes, que, na sua visita a Lisboa, está presente no Parlamento e acompanha os nossos trabalhos.

De acordo com a praxe e a pedido do nosso Presidente, peço-lhes um cumprimento.

Aplausos gerais, de pé.

Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Torres.

O Sr. Francisco Torres (PSD): — Sr. Presidente, só porque o Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Europeus mencionou o meu nome quanto à falta de solidariedade de que Portugal beneficiou da Espanha, da Grécia e da Itália — da Itália, é certo —, queria que a Grécia e a Espanha votaram contra, mas isso não quer dizer que tenhamos ficado sozinhos, porque o facto de terem votado contra (isso acontece numa decisão por maioria, uns votam contra e outros a favor), levou a que Portugal, pela primeira vez, numa decisão importante, que se refere a um sector tão importante quanto o dos têxteis, tenha ficado sozinho a ponto de ter de recorrer para o Tribunal de Justiça.

Ora, estamos solidários com o Governo neste ponto, que recorreu ao Tribunal de Justiça, nomeadamente com as razões que invocou na sua queixa, tanto no espírito, que viola, de facto, os acordos em termos da Organização Mundial de Comércio, como em alguns procedimentos. Mas o que lamentamos e estranhamos é o facto de, pela primeira vez, não terem sido usados os mecanismos de negociação política que o Governo anterior sempre utilizou para não chegarmos a esta situação.

Pergunto se o Sr. Secretário de Estado tem a noção de que, se porventura formos derrotados pelo parecer do Tribunal de Justiça, ficaremos sem voz a respeito das questões têxteis, por muitos e bons anos, o que é arrasador para as pretensões políticas portuguesas.

Ora, o trabalho anterior foi sempre de grande empenho político nos estados iniciais da negociação. Isso mesmo veio aqui reconhecer o Dr. Daniel Bessa, quando se deslocou à Comissão de Assuntos Europeus. O que interessa são os estados iniciais da negociação. Uma vez chegados a esta situação, recorre-se ao Tribunal de Justiça, mas o acordo entra em aplicação e, porventura, até sem ter em conta a nossa queixa.

Portanto, quero fazer esta distinção: o que interessa é o trabalho político de negociação. É neste campo que podemos defender a especificidade do sector têxtil português.

O Sr. Presidente (Mota Amaral): — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.ª Deputada Heloísa Apolónia.

A Sr.ª Heloísa Apolónia (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Europeus, para além de ser fundamental identificar a razão pela qual o sector têxtil se encontra na presente crise, é essencial perceber a origem dessa razão. Naturalmente, existem causas que são fruto de uma política de desresponsabilização e omissão por parte dos sucessivos governos, por falta de fiscalização na violação dos direitos dos trabalhadores e nos subsídios atribuídos a este sector, que não foram utilizados como um investimento mas como pseudo-soluções pontuais.

Neste caso, não foi o desconhecimento que levou à falta de intervenção, porque os alertas foram sucessivos, mas, sim, a falta de uma política séria e objectiva, que nunca teve em conta um plano de recuperação e modernização do sector, na sua globalidade e não apenas de esta ou aquela empresa.

Aliadas a estas razões, assistimos — e vivemos — à União Europeia, saída do Tratado de Maastricht, com as consequências conhecidas também por quem é politicamente responsável pela situação e que hoje vem dizer, em concreto, que está preocupado.

Os interesses que se pretende defender, e que são os interesses de Portugal, dos trabalhadores portugueses e das suas indústrias, são, afinal, incompatíveis com este processo de construção europeia. Para fazer uma caricatura, é como se se tivesse pegado num revólver, feito porraria, fingido que não se conhecia o alvo, tido a intenção de disparar, ter disparado e, quando a bala seguia o seu caminho em direcção ao alvo, tentado correr a impedir que esta o atinja. O alvo de que aqui se fala hoje é a indústria têxtil portuguesa. Quem disparou foi o PSD e o PS, numa lógica de submissão incondicional à linha de Maastricht.

Agora, como é que se «descalça esta bota», de se ter defendido este processo de construção europeia e aprovado Maastricht? Indo-se contra as suas consequências? Elas não seriam previsíveis e visíveis nos mais diversos sectores?

Por outro lado, são tristes as conclusões perante estes acordos da Comissão, que comprovam que a União Europeia é a Europa dos grandes, da Alemanha, da França, e que não se abstém de fragilizar as capacidades dos países mais pequenos, à revelia dos interesses dos cidadãos, para daí retirar benefícios próprios. É esta uma Europa de cooperação, de respeito pelas diferenças, de solidariedade, de desenvolvimento sustentado?

O Sr. Presidente (Mota Amaral): — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Octávio Teixeira.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Europeus, referiu na sua intervenção que era essencial, na discussão desta matéria, ter em consideração a capacidade realista de influenciar as decisões da Comunidade. Pelas conclusões a que chegou e a que chega, pela nossa parte, só podemos entender que, em última análise, afinal, essa capacidade de influenciar é zero. É essa a conclusão do Governo, e sente-se satisfeita. Na realidade, a capacidade é zero, por isso, nada fazemos.

Assim sendo, pergunto: afinal, o que está o Governo lá a fazer? Por que razão não chega aqui e diz, pura e simplesmente: não temos qualquer capacidade de influenciar as decisões da Comunidade Europeia, por isso demitimos de fazer negociação na Comunidade Europeia. E isto para não ir mais longe, que seria talvez proporem à Espanha que anexe Portugal, para que eles representem os nossos interesses (esclareço que o anexar Portugal é apenas quanto a esta questão material da negociação na União Europeia).

De facto, o que isto denota, por parte do Sr. Secretário de Estado, partindo eu do princípio, lógico e natural, de que essa é a posição do Governo, é que o Governo tem sobre estas matérias de negociação europeia uma pura posição de resignação. Resignação pura e simples, e nada mais. Porque a questão coloca-se a propósito destes acordos, tal como já se colocou em relação ao acordo com Marrocos, que entrou em vigor no dia 1 de Janeiro deste ano sobre a parte negativa para Portugal. Mais uma vez, é a parte negativa para Portugal que avança como moeda de troca para interesses de outros países.

Mas o Sr. Secretário de Estado diz mais: então, os Srs. Deputados não consideram que o interesse vital é a «bomba atómica»? Já não é a primeira vez que o Governo vem aqui dizer isso, pois o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros já o disse aqui. E como a «bomba atómica» nunca se utiliza, nunca se deve utilizar, os senhores estão a dizer: o interesse vital nunca será reclamado por Portugal. Isso é péssimo, é mau! Mas é ópti-

mo para a Comissão, porque sabe que dos senhores apenas vêm palavras e não actos.

A ser mantida esta situação e esta posição do Governo, pergunto-lhe o seguinte, Sr. Secretário de Estado: não quer completar uma declaração do Sr. Primeiro-Ministro, em Barcelona, há uns meses atrás, dizendo qualquer coisa como «sobre o euro e as ruínas da indústria têxtil, das pescas e da agricultura portuguesas edificaremos a Europa»? É para isto que aponta a vossa actuação, é para isto que apontam a acção e as omissões correntes do Governo, cada vez mais gritantes.

Quero colocar-lhe uma última questão, Sr. Secretário de Estado. Referiu na sua intervenção que «proteccionismo, não, já não é era de proteccionismo, com proteccionismo não se vai lá; no futuro, depois da liberalização, da mundialização, isto será um paraíso para todos». Não lhe proponho o proteccionismo puro e duro em que o Sr. Secretário de Estado estaria a pensar, mas se fizéssemos algum proteccionismo, como fazem os Estados Unidos da América? Se fizéssemos algum proteccionismo, como faz o Japão? Se fizéssemos algum proteccionismo, como fazem os «dragões» asiáticos? Se fizéssemos algum proteccionismo, como faz a generalidade dos países da União Europeia, excepto Portugal? Não seria mais certo e mais seguro, em vez de estar apenas e sempre com profissões de fé sobre o futuro daqui a 15, 20 ou 30 anos? Certamente, daqui a 15, 20 ou 30 anos, não tenho dúvidas, se isto continuar assim, estaremos muito pior. Podem é, o Sr. Secretário de Estado e o Governo, ter a felicidade de já cá não estarem para responderem por isso.

O Sr. Presidente (Mota Amaral): — Para uma interpelação à Mesa, tem a palavra o Sr. Deputado Silva Carvalho.

O Sr. Silva Carvalho (CDS-PP): — Sr. Presidente, quero apenas perguntar à Mesa se já foi informada, de alguma forma, da estranha ausência do Sr. Ministro da Economia neste debate.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Sr. Presidente (Mota Amaral): — A Mesa não recebeu qualquer informação directa sobre a ausência do Sr. Ministro da Economia neste debate, mas o Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares talvez tenha alguma explicação a dar que interesse à Câmara, pelo que lhe dou a palavra.

O Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares (António Costa): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, é a segunda vez que o Partido Popular refere este tema.

Vozes do CDS-PP: — É um facto!

O Orador: — O Partido Popular formulou o pedido para a realização deste debate de urgência da forma como entendeu. O Governo, por seu lado, como é seu direito regimental, fez-se representar também como entendeu — no caso concreto, pelo Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Europeus e pelo Sr. Secretário de Estado da Indústria e Energia, sendo este último um Secretário de Estado — e admito que o Partido Popular não tenha em conta a Lei Orgânica do Governo — do Ministério da Economia, para além, naturalmente, da minha modesta presença. Este é o entendimento do Governo, o de se fazer representar como bem entende.

Sendo que, como foi recordado há pouco — e creio que o Sr. Deputado Silva Carvalho já estava presente —, o Sr. Ministro da Economia já teve oportunidade de estar presente na Comissão, para a discussão deste tema, o que, aliás, também aconteceu com o Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Europeus.

O Sr. Silva Carvalho (CDS-PP): — Era outro Ministro da Economia!

O Orador: — O Governo é o mesmo.

Esta intervenção era, pois, totalmente desnecessária, visto que o importante aqui é debater as questões de fundo, que — e bem — o Sr. Deputado Manuel Monteiro, presidente do seu partido, tinha suscitado, e não saber se o Governo está representado por *A* ou por *B*; assim como não compete ao Governo saber por que falou o Sr. Deputado Manuel Monteiro e não qualquer outro. Isso tem a ver com a organização da vossa bancada, aquilo com a organização da bancada do Governo, mas, em minha opinião, todos nós devemos é preocupar-nos com a questão de fundo aqui em debate.

O Sr. Jorge Ferreira (CDS-PP): — Se o Governo é o mesmo, por que é que passaram um membro demitido da administração do IAPMEI para Secretário de Estado?!

O Sr. Presidente (Mota Amaral): — Para pedir esclarecimentos ao Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Europeus, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Encarnação. Peço-lhe que seja sintético, pois o tempo atribuído ao PSD para este debate também já se esgotou.

O Sr. Carlos Encarnação (PSD): — Com certeza, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Europeus, antes de responder à sua interpelação sobre a questão do interesse vital, gostaria de lhe dar conta da minha preocupação em relação a uma outra questão e de lhe fazer também uma pergunta directa.

A intervenção do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, designadamente por intermédio do Sr. Deputado José Saraiva, foi conflituante com a sua — pelo menos, entendi-a assim, mas, se assim não for, V. Ex.^a fará certamente o obséquio de me informar e ficarei muito mais consolado. É que, às tantas, o Sr. Deputado José Saraiva disse que tinha sido uma asneira enorme termos feito um acordo, pelo qual Portugal se tinha vendido por 30 dinheiros, em relação à questão do sector dos têxteis.

Ora, queria saber, Sr. Secretário de Estado, aqui entre nós, se V. Ex.^a é da opinião de que o acordo que fizemos em relação aos têxteis, na sequência do GATT, foi ou não um mau negócio para Portugal. Se aquilo que resultou desse acordo celebrado entre Portugal e a Comunidade, no quadro do GATT, e que se traduziu numa ajuda substancial à reestruturação do sector têxtil foi para nós uma má iniciativa política, um mau negócio político. Se V. Ex.^a pensa que a declaração da especificidade do sector têxtil, dado o peso que ele tem no emprego, na produção e na exportação portuguesa, foi para nós um mau negócio, uma má declaração, em relação à União Europeia. Porque, como é evidente, daqui decorrerá a sequência natural dos acontecimentos, da representação dos interesses portugueses perante este Governo, em relação ao futuro, como o Sr. Deputado Manuel Monteiro gosta de dizer, falando do futuro. É que nós, neste caso concreto, não podemos falar do futuro sem falar no passado. E sem falar nesta condição

especial que nós, governo português anterior, criámos, em relação à questão dos têxteis, que é fundamental para entendermos o que, no futuro, poderá acontecer.

Sei que o Sr. Secretário de Estado me vai dizer que concorda em absoluto com o acordo que foi feito. De outra maneira, seria atraíçoar a sua própria memória histórica e a sua eventual participação nesta matéria.

O Sr. José Calçada (PCP): — A memória é um problema!

O Orador: — Então, recomendaria alguns medicamentos.

Gostaria ainda de salientar uma outra questão, Sr. Secretário de Estado. Todos sabem quanto difícil é negociar e quanto se esforçaram os diplomatas portugueses, ao longo de todo este tempo, nas negociações comunitárias, representando os interesses de Portugal.

Ora, como já lhe disse várias vezes, esta Assembleia, na qual o seu Governo dispõe de uma maioria relativa, suporta todas as posições negociais do Governo português com grande entusiasmo. V. Ex.^a é, pois, um Secretário de Estado feliz, porque tem o apoio desta Assembleia para tudo quanto seja uma declaração negocial forte da presença portuguesa nessas negociações, enfim, para dar força ao Governo português. Nisso, V. Ex.^a tem aqui todos os partidos políticos unidos. Uns, mais «extremisticamente», se me é permitido o neologismo, uns quase querendo sair da Europa, mas, no fundo, acomodando-se nela, e outros, mais responsáveis, suportando aquilo que o Governo faz, em nome do interesse nacional.

O Sr. Presidente (Mota Amaral): — Sr. Deputado Carlos Encarnação, faça o favor de concluir, porque o seu tempo já se esgotou.

O Orador: — V. Ex.^a interveio exactamente na altura em que eu ia concluir, Sr. Presidente.

A pergunta que o Sr. Secretário de Estado me faz concretamente é esta: Sr. Deputado, os outros grupos parlamentares, o Partido Popular e o PCP, defenderam que fosse nomeado o interesse vital nesta matéria, mas não sei se V. Ex.^a também defende isso, ou não.

Sr. Secretário de Estado, já tentei explicar-lhe isso na Comissão. Na negociação política que tem de ser feita, devem ser utilizadas todas as armas, incluindo a da ameaça de utilização do interesse vital, porque, uma coisa, pode ser o recurso ao interesse vital e, outra, pode e deve ser a ameaça ao recurso do interesse vital. Isso é permitido — e é-o, cada vez mais —, enquanto a especificidade do sector fosse, como foi, reconhecida.

Se V. Ex.^a entendia que nem isso servia, então, com toda a certeza, utilizasse esta arma, a tal «bomba atómica» de que V. Ex.^a fala. Porque se há sítio, matéria ou sector onde ela é fundamental para o interesse de Portugal é justamente este.

Porém, não quero substituir-me a V. Ex.^a, já que V. Ex.^a é que sabe que arma deve utilizar, é que é Governo, negocia e fala de alto ou de baixo, de acordo com as circunstâncias do caso.

Agora, o que não pode é, depois, vir dizer que perdeu na negociação por fraqueza. Isso nunca pode acontecer, porque esta Assembleia e o Partido Socialista jamais lho perdoariam!

O Sr. Presidente (Mota Amaral): — Para pedir esclarecimentos ao Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Europeus, tem a palavra o Sr. Deputado Marques Mendes, a quem peço igualmente que seja sintético.

O Sr. Marques Mendes (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, esta questão é fundamentalmente política. Há algum tempo, este Governo agora em funções, dizia que, no passado, éramos os bons alunos e que, agora, tínhamos de assumir uma postura diferente na Europa. É verdade, Portugal, com este Governo, deixou de ser o bom aluno e os resultados na pauta apareceram: em cinco meses, Sr. Secretário de Estado, foi a derrota na questão da palmeta, foi a derrota na questão das conservas, em relação a Marrocos, e foi a derrota neste acto criminoso do acordo ao nível do sector têxtil. São os resultados, à vista, de, em quatro meses, termos deixado de ser bons alunos, resultados gravemente lesivos dos interesses nacionais.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Medeiros Ferreira (PS): — Aí está mais um professor!

O Orador: — O segundo aspecto que gostaria de sublinhar é que nada em política, e também nestas matérias, acontece por acaso. E estas são de facto, em apenas quatro meses, as primeiras consequências, profundamente gravosas, da nova diplomacia «aos berros» que este Governo, para consumo interno, resolveu criar.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — É assim: cá dentro, aos berros, murros na mesa, com grande força, «para português ver», tentando vexar, criticar ou recriminar a Comissão Europeia; lá fora, onde é importante ter coragem, levar a cabo negociações credíveis e conseguir resultados, é a resignação, a humilhação, a derrota total!

Ou seja, como ensina o nosso povo, normalmente «quem semeia ventos, colhe tempestades».

O Sr. Joel Hasse Ferreira (PS): — Isso é o Marcelo!

O Orador: — O Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, que hoje devia aqui estar, porque semeou o vento da crítica pública, hostilizando a Comissão Europeia, está agora a colher as tempestades dos péssimos resultados, fortemente negativos para os interesses nacionais.

Em terceiro lugar, não chega o Sr. Secretário de Estado, no dia da decisão e hoje novamente, dizer que Portugal decidiu recorrer para o Tribunal de Justiça Europeu. É que quem sabe de questões diplomáticas e um mínimo de direito, sabe que essa é uma decisão platónica, para «lavar as mãos», tipo Pilatos, sem qualquer consequência. Por um lado, porque é uma decisão que não tem efeito suspensivo; por outro lado, porque leva anos a decidir; por outro lado ainda, como o Sr. Secretário de Estado sabe muito bem, mas não pode aqui confessar, porque a questão não é jurídica e, portanto, muito provavelmente, quando, daqui a uns anos, o facto se tiver consumado, o Tribunal vai declarar-se incompetente para sobre ele se pronunciar.

Sr. Secretário de Estado, não é o PSD que tem de dizer hoje, aqui e agora, se se devia usar o direito de voto ou a sua ameaça. Se o Governo, na altura própria, isto é, antes da decisão, tivesse consultado o Parlamento, tal como tinha prometido fazer, utilizando um novo estilo, a questão poderia colocar-se.

Agora, Sr. Secretário de Estado, a questão é que foi o senhor que disse, publicamente e agora, que esta decisão afectava o interesse vital de Portugal. De facto, a questão

do sector têxtil é um interesse vital e a consequência disso é que a credibilidade e a coragem negocial implicavam, no mínimo, que se usasse essa ameaça. Quando um governo e um país têm credibilidade não a deitam pelas ruas da amargura a seguir na consequência disso mesmo.

A última nota, Sr. Presidente, é esta: sendo toda ela política, a questão tem, no futuro, um desenvolvimento social, do qual os senhores e o Governo não podem deixar de ser responsabilizados. É que, perante o têxtil do Vale do Ave, de Castelo Branco, da Covilhã ou das outras zonas do País, a partir de agora, não tem qualquer tipo de credibilidade falar em competitividade, em qualidade, em empresas modernas ou o Estado estar a investir muito dinheiro na modernização do sector. Isso é dar com uma mão aquilo que se tira completamente com a outra. Ou seja, mais importante do que estar a financiar a modernização das empresas, o que é decisivo, tão importante ou mais, é permitir que os empresários e as empresas possam colocar os seus produtos no mercado, em condições de lealdade concorrencial e não de deslealdade.

Este Governo contraiu-se na responsabilidade e no erro, de hoje para amanhã, de ter de dizer que temos empresas modernas e competitivas, mas que vamos ter produtos que não serão colocados no mercado e que enfrentam uma concorrência profundamente desleal. Nessa altura, serão os senhores e mais ninguém que têm a responsabilidade de criar desemprego. É que o desemprego não se combate com discursos nem com retórica, combate-se tendo a coragem de, nos momentos próprios, tomar decisões, o que não aconteceu Sr. Secretário de Estado.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente (Mota Amaral): — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Europeus.

Como o Governo esgotou o seu tempo, a Mesa concede-lhe cinco minutos.

O Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Europeus: — Sr. Presidente, Sr. Deputado José Carlos Tavares, não posso senão concordar com a análise que faz do irrealismo com que algumas das posições relativamente à política comercial da União são por vezes defendidas neste Parlamento. De facto, se Portugal estivesse afastado da política comercial comum e estivesse colocado perante a União Europeia como um país exterior, a situação era bem pior, as dificuldades de negociação seriam bem piores e a capacidade de afirmação internacional ao nível das várias negociações no quadro internacional seriam bem mais gravosas para o nosso país.

Quando se fala, como por vezes se falou aqui neste Parlamento, da possibilidade de Portugal sair da política comercial comum, é ser-se perfeitamente irrealista e não ter a noção do papel satélite que Portugal teria neste campo face à União Europeia.

Relativamente à questão que o Sr. Deputado Francisco Torres referiu, quero dizer que não ficámos sozinhos nessa votação, relativamente ao acordo dos têxteis com a Índia e com o Paquistão. De facto, votámos contra mas também votaram contra a Espanha e a Grécia, portanto, não ficámos sozinhos.

O que aconteceu foi que no Conselho de Ministros, onde o resultado final dessa votação foi apreciado, o Governo português decidiu fazer uma declaração política e anunciar aquilo que entretanto já tinha comunicado às

entidades comunitárias; ou seja, que iria recorrer para o Tribunal de Justiça de algumas posições, quer da Comissão, quer do Conselho. Não há, portanto, qualquer solidão nesta votação, pois estamos perfeitamente acompanhados. O que acontece é que nos submetemos às regras que existem hoje na política comercial comum, que penso que o Sr. Deputado não contesta, da votação por maioria qualificada.

E já agora que falou na negociação política prévia, embora não gostasse de ir por este caminho, sempre lhe direi que o governo anterior teve conhecimento deste memorando/entendimento em Maio de 1995 e, nessa altura, poderia ter pedido ao Tribunal de Justiça um esclarecimento sobre ele. Esse pedido de esclarecimento não teria um efeito suspensivo, mas teria, com certeza, um efeito político sobre a Comissão e sobre a possibilidade de ela, mais tarde, vir a apresentar isto em termos de acordo final. Gostava que isso ficasse claro. Trata-se de uma matéria sobre a qual eu, até agora, nada disse, pela simples razão de que também o Sr. Deputado não tinha falado sobre as diligências políticas anteriores. Penso, no entanto, que esta é uma questão que valeria a pena ponderar.

Quanto ao que disse a Sr.^a Deputada Heloísa Apolónia, de facto, penso que muitas das dificuldades de que a indústria têxtil hoje sofre têm a sua génese em erros políticos do passado e na incapacidade de estruturação dessa mesma indústria.

Embora não nos isentemos de alguns erros que foram cometidos no passado, quero dizer-lhe, no entanto, que nos últimos 10 anos, que são os anos de presença de Portugal na Comunidade Europeia, o Partido Socialista não teve qualquer responsabilidade em qualquer das ações desenvolvidas relativamente à indústria têxtil, mas é importante que essa responsabilidade seja assumida por quem a teve.

Se não foram tomadas a tempo as medidas necessárias e se hoje se vive numa situação que é reconhecida como grave por parte de todo espectro político português, penso que é importante sabermos a quem atribuir essa responsabilidade e também a responsabilidade do modo como foram geridas todas as possibilidades financeiras que foram dadas à indústria durante esse tempo.

Sr. Deputado Octávio Teixeira, quando falei na capacidade realista de influenciar, não falei na capacidade realista de não influenciar. O que queria dizer é que o Sr. Deputado Octávio Teixeira estava a contestar, naturalmente, a política comercial comum e o modo como as votações aí se fazem. Eu sei que é isso! No fundo, o que o Sr. Deputado está a contestar é a presença de Portugal na política comercial comum da União! Provavelmente, o Sr. Deputado gostaria que Portugal estivesse fora da política comercial comum.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Isso é asneira!

O Orador: — Aliás, essa é a posição tradicional...

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Fale sobre a opinião do PS e sua e não na do PCP!

O Orador: — As opiniões do PCP são conhecidas, Sr. Deputado!

Agora, o que acontece é que, durante a minha intervenção, tive ocasião de explicar exactamente aquilo que o Governo se propõe fazer aos vários níveis de intervenção possível. Nós não somos irrealistas, não queremos anunciar aquilo que não podemos fazer, vamos tentar — e ten-

taremos sempre —, quer ao nível da definição da nossa posição no seio da União, quer na própria definição das posições da União em termos de negociações internacionais de comércio, influenciar no modo e na medida exacta da força real que Portugal tem nestes contextos. Não podemos fazer mais do que a realidade nos permite. Gostava que isso ficasse claro, porque para o Sr. Deputado parece que Portugal funciona na União Europeia como podendo determinar a posição dos 15 países. Isso não é verdade!

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Funciona resignado!

O Orador: — Não funciona resignado, Sr. Deputado! Funciona em função da sua possibilidade de actuação!

O Sr. Deputado referiu a questão do interesse vital — e podemos ligá-lo a outras intervenções —, por isso gostava que ficasse patente que o interesse vital é algo que, de facto, foi utilizado muito escassamente no âmbito da União Europeia. O interesse vital não pode ser utilizado numa negociação específica relativamente a um ponto concreto. Sejamos claros! Na negociação do acordo dos têxteis com a Índia e o Paquistão não estava em causa o interesse vital de Portugal! Eu nunca o disse aqui e não o direi! Isto é um acordo sectorial, em que há algumas posições pautais que estão em dificuldade, mas não se trata de um interesse vital de Portugal.

O interesse vital de Portugal poderia perfeitamente ser invocado, por exemplo, no final das negociações do *Uruguay Round*, porquanto estava em causa todo o contexto global da posição da indústria têxtil portuguesa, mas não neste caso específico de um pequeno acordo. Poderá haver ocasiões — e não excluo essa possibilidade — em que Portugal possa vir a utilizar e a invocar o interesse vital no âmbito da União Europeia.

Quanto ao que disse o Sr. Deputado Carlos Encarnação, em relação ao mecanismo especial sobre a indústria têxtil, gostaria de dizer que o Partido Socialista tomou a seu tempo, nesta Assembleia, a posição no que toca a esse acordo, que é a que hoje subscrevemos, e sobre isto nada mais adiantaria. Foi exactamente no passado, quando foi avaliado nesta Assembleia aquilo que o governo anterior conseguiu durante essa negociação, que o Partido Socialista tomou a seu tempo uma posição sobre isso, pelo que não temos de fazer hoje novos julgamentos de valores sobre o que esta Assembleia já se pronunciou.

O Sr. Presidente (Mota Amaral): — Sr. Secretário de Estado, peço-lhe que termine, pois já ultrapassou o tempo regimental.

O Orador: — Para terminar, Sr. Presidente, refiro-me à intervenção do Sr. Deputado Marques Mendes, que, aliás, parece ser feita mais como uma espécie de candidatura à liderança da bancada parlamentar, dizendo que, neste momento, é praticamente só o PSD que fala da questão dos bons alunos, é um complexo para quem anda a mudar de professor.

O Sr. Jorge Lacão (PS): — Bem observado!

O Orador: — Neste momento, nós não temos qualquer guerrilha virtual com o passado, os Srs. Deputados é que sistematicamente colocam a questão dos bons alunos. Isso para nós já acabou.

O Governo português terá a nível da União Europeia a atitude que entender dever ter, com o barulho que decidir fazer e não terá necessariamente em conta qualquer exemplo anterior como padrão paradigmático da sua intervenção.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente (Mota Amaral): — Para exercer o direito regimental da defesa da honra, tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Monteiro.

O Sr. Manuel Monteiro (CDS-PP): — Sr. Presidente, há pouco, o meu nome foi citado pelo Sr. Deputado José Carlos Tavares, na intervenção que fez, referindo que eu e o meu partido pretendíamos que Portugal se auto-excluisse da Europa.

Gostaria de esclarecer esta Câmara, nomeadamente o Sr. Deputado do PS, de que não podem ser ditas ou proferidas essas palavras de ânimo leve, porque não correspondem, nem nunca corresponderam, à verdade. Nunca ninguém me ouviu pedir que Portugal saísse da União Europeia, nunca ninguém me ouviu reivindicar a saída de Portugal da Comunidade Económica Europeia. O que me têm visto fazer, pedir e exigir é que Portugal esteja cada vez mais na Europa e não, ao contrário daquilo que vem sucedendo, cada vez mais isolado, dentro de si próprio. A política que tem vindo a ser seguida leva a que Portugal esteja convencido de que está cada vez mais na Europa, mas, ao contrário, está cada vez mais isolado em torno dessas mesmas políticas erradas.

O Sr. Presidente (Mota Amaral): — Para dar explicações, se assim o entender, tem a palavra o Sr. Deputado José Carlos Tavares.

O Sr. José Carlos Tavares (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Manuel Monteiro, possivelmente não terei tido a capacidade de fazer uma explicitação objectiva, mas o que quis dizer-lhe, Sr. Deputado, foi que, embora *de jure* nunca tenha afirmado que Portugal devia estar fora da Europa, em termos de eficácia e de pragmatismo, tem um comportamento, nas atitudes, nos actos, que nos leva a crer que pretende uma auto-exclusão da Europa.

Vozes do CDS-PP: — Mal!

O Orador: — Foi neste sentido que me referi.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Vieira de Castro (PSD): — Sr. Presidente, peço a palavra, para interpelar a Mesa.

O Sr. Presidente (Mota Amaral): — Faça favor.

O Sr. Vieira de Castro (PSD): — Sr. Presidente, entendendo que é desejável que os membros do Governo — é, aliás, uma obrigação — respondam com argumentos válidos aos Deputados que os questionam.

O Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Europeus tem desculpa na crítica que lhe vou fazer, porque é novo nestas coisas, mas fica mal a um membro do Governo fazer uma alusão, qualquer que ela seja, àquilo que são questões internas de um grupo parlamentar. O Sr. Secretário de Estado tem o seu lugar, e nós respeitamo-lo. V. Ex.^a tem de respeitar o nosso.

Aplausos do PSD.

O Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares (António Costa): — Sr. Presidente, peço a palavra, para interpelar a Mesa.

O Sr. Presidente (Mota Amaral): — Tem a palavra.

O Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares (António Costa): — Sr. Presidente, foi com curiosidade que ouvi esta interpelação à Mesa, feita da penúltima fila da bancada do PSD, que é aquela onde costumam concentrar-se os ex-membros do governo, que nunca resistem — têm sempre enormes dificuldades em resistir a isso — a dar lições aos actuais membros do Governo.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Deputado, sejam com os ex-membros do governo, que estejam na primeira fila, sejam com aqueles que se sentam na penúltima fila, seja com qualquer outro Deputado desta Assembleia da República, o Governo tem toda a consideração para com a Assembleia. Percebo que já não haja memória do que é o relacionamento cordial e cordato entre um governo e o Parlamento, mas temos todos de nos «re-habituarmos» a novos hábitos, que já estavam, infelizmente, esquecidos da memória parlamentar.

O Sr. Joel Hasse Ferreira (PS): — Bem lembrado!

O Orador: — Porém, este Governo não aceita efectivamente lições sobre o seu relacionamento com esta Assembleia, vindas de quem vier e, em particular, da bancada do Partido Social Democrata.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Não aceita, isto para que fique muito claro.

Os Srs. Deputados do PSD que pediram a palavra para fazer pedidos de esclarecimentos ao Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Europeus, como sabe, não lhe fizeram qualquer pergunta.

O Sr. Joel Hasse Ferreira (PS): — Bem lembrado!

O Orador: — Prestaram provas, quiseram ouvir-se e ouviram-se, e tudo isto bastava para ter concluído.

De qualquer forma, o Sr. Secretário de Estado teve, quer em relação ao Sr. Deputado Carlos Encarnação, quer em relação ao Sr. Deputado Marques Mendes, a gentileza de deixar registado em Acta que também tinha tido a atenção de os ouvir, ou seja, de que não tinham falado simplesmente para se ouvirem a si próprios mas que também os tinha ouvido. Penso que este gesto de delicadeza era o quanto bastava para as intervenções que, quer um, quer outro, tinham feito.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente (Mota Amaral): — Srs. Deputados, verifico que as interpelações que têm sido feitas à Mesa, tanto pelo Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares como pelo Sr. Deputado Vieira de Castro, nada têm a ver com a condução dos trabalhos e não são, propriamente, interpelações à Mesa.

Há, no entanto, uma certa tradição, que o Sr. Presidente Almeida Santos tem procurado contrariar, em se fazerm interpelações à Mesa com os mais variados conteúdos. Esta tentativa de contrariar a *praxe* não está a dar os seus resultados, conforme se prova pelos antecedentes, e penso que continuará, se tiver de dar a palavra ao Sr. Deputado, caso continue a insistir em pedi-la. Mas, de

forma alguma, gostaria que não nos esquecêssemos do empenho do Sr. Presidente Almeida Santos em acabar com esta *praxe* de interpelações à Mesa, que são outra coisa qualquer que não isso.

O Sr. Carlos Encarnação (PSD): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente (Mota Amaral): — De qualquer modo, de acordo com a benevolência habitual do Sr. Presidente Almeida Santos, tem a palavra, Sr. Deputado Carlos Encarnação.

O Sr. Carlos Encarnação (PSD): — Sr. Presidente, pedi a palavra para exercer o direito da defesa da consideração da bancada e não para uma interpelação à Mesa, pelo que ter-lhe-ia pouparido esse discurso.

O Sr. Presidente (Mota Amaral): — Então, tem a palavra para exercer o direito regimental da defesa da consideração da bancada, mas o discurso não fica inválido, porque se aplica aos oradores anteriores.

O Sr. Carlos Encarnação (PSD): — O discurso foi bom e adequado, Sr. Presidente.

Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares, a única coisa que quero fazer é, em função do comentário interativo de V. Ex.^a, se me permite, corrigi-lo, porque, na verdade, quer o Sr. Deputado Francisco Torres, quer eu, fizemos perguntas ao Sr. Secretário de Estado. Eu fiz-lhe uma pergunta concreta, à qual o Sr. Secretário de Estado não respondeu ou não quis responder. Era isto que queria lembrar.

Portanto, não houve apenas considerações, não houve qualquer despike, não houve qualquer competição, houve, sim, uma pergunta concreta. Perguntei ao Sr. Secretário de Estado — e, nesta altura, ainda está em condições de responder, querendo — se concordava ou não com a negociação que tinha sido feita no âmbito do *Uruguay Round*, em relação ao sector têxtil português. Era só isto.

O Sr. Presidente (Mota Amaral): — Para dar explicações, se assim o entender, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares.

O Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Carlos Encarnação, a explicação que eu poderia dar é a que já foi dada pelo Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Europeus, quando respondeu às perguntas colocadas pelos Srs. Deputados Francisco Torres e efectivamente por V. Ex.^a — e devo pedir desculpas ao Sr. Deputado Marques Mendes por o ter confundido e englobado no mesmo saco —, dizendo que a posição que tinha era a que o Partido Socialista, oportunamente, tinha expressado.

Vou terminar, não só para responder aos apelos da Mesa como para não ter a tentação de sublinhar a deselegância da primeira fila de limitar-se a ressalvar o orador e o seu companheiro do lado e ter deixado cair, relativamente à minha intervenção, o Sr. Deputado Marques Mendes.

Aplausos do PS.

Entretanto, reassumiu a presidência o Sr. Presidente Almeida Santos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, assiste à reunião plenária um grupo de 35 alunos da Escola C+S de Oliveira de Frades. Saudemo-los, como é nosso hábito.

Aplausos gerais, de pé.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado da Indústria e Energia.

O Sr. Secretário de Estado da Indústria e Energia (José Penedos): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Em representação do Ministério da Economia e para sossego intelectual e político do PP, vou intervir na qualidade de Secretário de Estado da Indústria e Energia, o que se justifica pelo debate sobre a indústria têxtil portuguesa.

Enquanto Secretário de Estado, não me sinto nada tutelando uma área económica em desaparecimento. A indústria têxtil e do vestuário representa ainda cerca de 30% das exportações de Portugal e das empresas da indústria transformadora. Falar de crise no têxtil é, por isso, algo que nos lembra a cultura da indústria desde há mais de meio século: sempre houve empresas a morrer e empresas a nascer, sempre houve subcontratações e esquemas de trabalho à peça que proliferaram em determinadas conjunturas.

Hoje, ao dizer nesta Assembleia que assim foi não ratificamos o ambiente de resignação perante o desaparecimento da indústria que alguns aqui querem agitar nem o ambiente social degradado em que decorrem, em boa parte das áreas têxteis do país, as relações de produção. Não nos resignamos a ver morrer uma indústria que pode ser requalificada nem aceitamos que proliferem esquemas de degradação humana associados à periferização da mão-de-obra têxtil e à sua remissão a um trabalho desenquadrado das unidades fábricas e das normais relações entre empregados e empregadores.

A indústria têxtil do vestuário tem pela frente um período de transição, que tem de ser integralmente aproveitado no duplo sentido de instrumento de desenvolvimento equilibrado e de absorção gradual dos impactos da abertura dos mercados, o que impõe uma atitude convergente de vontades entre todos os actores da mudança — associações empresariais e sindicais, com natural apoio do Governo e também os partidos com assento nesta Câmara. A transição é o período em que a memória do sector tem de ser o capital dinâmico que vai realizar o ajuste estrutural em competição com outros parceiros europeus e extra-europeus na consciência de que a inteligência nacional a incorporar não fica atrás de nenhuma outra zona do mundo pelo que temos de ser capazes de a fazer valer nos mercados mais exigentes.

Por essa razão, Portugal não vai abdicar, o que reafirmou no último Conselho Europeu de Indústria, de lutar por uma reciprocidade garantida na abertura dos mercados, pelo reforço da vertente multilateral no acesso aos mercados exteriores e da materialização das regras da Organização Mundial do Comércio, nomeadamente o combate ao *dumping* nas suas múltiplas expressões, à concorrência desleal e a defesa da propriedade intelectual, em articulação com o ritmo e o sentido da abertura nos outros países industrializados, designadamente nos Estados Unidos da América.

Não pode haver sinais errados para os agentes económicos no que respeita à modernização industrial. É inaceitável que se promovam investimentos em modernização e se criem ambientes desfavoráveis na evolução da procura.

Por tudo isto propomos apoiar o esforço de modernização a que as empresas têm de fazer face com os instrumentos que já foram apresentados, no âmbito do IMIT — Iniciativa de Modernização da Indústria Têxtil — e com a revalorização do RETEX, devolvendo-lhe, na sua aplicação, a pureza da intenção original, que é a de contribuir para o

florescimento de iniciativas que equilibrem o tecido económico-social das regiões têxteis.

Temos consciência de que o processo de ajuste estrutural tem um atraso de anos e é inevitável ultrapassar a dificuldade que a indústria portuguesa está a enfrentar. A situação está por demais diagnosticada, a economia fornece elementos-tipo de validação da saúde das empresas e não se justificará, por isso, criar grupos *ad hoc* para escolher as empresas que devem ser apoiadas e excluir aquelas que devem ser abandonadas à sua sorte. Há que agilizar os processos de falência — estamos a trabalhar nisso; há que encontrar uma saída que não torne o Estado refém dos créditos que detém sobre as empresas e com respeito pelo interesse patrimonial actual do Estado — estamos a trabalhar nisso; há que reequilibrar o tecido social atingido, encontrando mecanismos de requalificação dos trabalhadores sem emprego e preparando-os para aceder a um novo posto de trabalho — estamos a trabalhar nisso.

Com a vontade esclarecida dos portugueses, vamos vencer.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Inscreveram-se, para pedir esclarecimentos, os Srs. Deputados Victor Moura e Manuel Monteiro.

Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Moura.

O Sr. Victor Moura (PS): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado da Indústria e Energia, o programa de reestruturação dos lanifícios, aprovado em 1988, privilegiava uma abordagem micro-económica, confiando demasiado na dinâmica das empresas para superar a crise que já então se enfrentava. A indústria era assim encarada como um mero somatório de empresas e não abordada globalmente.

A ausência de um diagnóstico lúcido do processo produtivo dos lanifícios levou a prescrições erradas, concentrando demasiado na tecnologia a «cura» para a crise que então se vivia. Os produtos, a organização industrial, administrativa e comercial e os recursos humanos são componentes fundamentais do processo produtivo que não deviam ter sido ignorados nesse programa de reestruturação. Os milhares de trabalhadores e alguns empresários que agora vivem angustiados em zonas em que prolifera essa mono-indústria não vislumbram hoje, decorridos oito anos desse programa de reestruturação, qualquer alteração significativa em relação à situação que viviam antes. Servem apenas como palco de manifestações de ignorância de quem só hoje parece ter acordado para a realidade das condições de produção vigentes nalguns países asiáticos.

É nestes termos que pergunto ao Sr. Secretário de Estado da Indústria e Energia se o Governo pretende rever aquele programa de reestruturação dos lanifícios, vigente desde 1988, por forma a encarar soluções que apoiem a resolução dos problemas organizacionais, dos recursos humanos, de definição de estratégias a partir dos mercados e de apoio à criação de infra-estruturas comuns às várias empresas, por forma a gerar sinergias que catapultem este sector para o lugar que a sua importância económica e social impõem e justificam.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Manuel Monteiro, uma vez que ainda temos de apreciar o Orçamento da Assembleia da República e de o PP, que dispunha de 10, ter já utilizado 24 minutos, sendo certo que a sessão se pro-

longou mais do que o desejável, pensa que é mesmo imperativo usar da palavra para pedir esclarecimentos ou poderá prescindir dela?

O Sr. Manuel Monteiro (CDS-PP): — Sr. Presidente, gosta de fazer duas perguntas telegráficas.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, hoje deixámos de respeitar a grelha dos tempos mas, apesar de ser necessário revê-la, essa não é razão para não haver qualquer limite.

O Sr. Manuel Monteiro (CDS-PP): — Sr. Presidente, prometo que serei extremamente breve e que apenas farei duas perguntas ao Sr. Secretário de Estado.

O Sr. Presidente: — Então, faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Manuel Monteiro (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, vou fazer-lhe duas perguntas muito simples.

Primeira: qual a perspectiva de V. Ex.^a quanto à evolução do emprego no sector têxtil? Vai haver mais ou menos emprego no sector têxtil?

Segunda pergunta: por que razão diz V. Ex.^a que é contra a constituição de comissões *ad hoc*, ainda que constituídas por peritos qualificados para analisar as empresas, enquanto, ao mesmo tempo, o Governo também já tem a «sua Coelima» porque apoia individualmente a «sua Fisel», apenas e exclusivamente para cumprir promessas eleitorais, apesar de a empresa não estar a funcionar?

O Sr. Presidente: — Sr. Secretário de Estado, tem a palavra para responder e agradeço-lhe que o faça com a contenção de tempo possível.

O Sr. Secretário de Estado da Indústria e Energia: — Sr. Presidente, serei muito breve.

Começo por dirigir-me ao Sr. Deputado Vítor Moura e dizer-lhe que a sua pergunta foi de alguma maneira respondida na minha intervenção, a qual reduzi a metade em função do painel dos tempos e por delicadeza para com esta Assembleia, porque julgo que, esta manhã, aconteceu aqui aquilo que o Sr. Presidente em exercício classificou no momento oportuno. Mas não tenho o direito de fazer considerações sobre a forma como decorrem os trabalhos parlamentares e abstendo-me de fazer qualquer outra referência.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Paz! Paz!

O Orador: — Sr. Deputado, não se preocupe porque sei interpretar o sentimento dos Srs. Deputados!

Quero ainda dizer ao Sr. Deputado Vítor Moura que é evidente a preocupação do Governo com as regiões onde pode surgir maior desequilíbrio devido à crise em sectores que estão ameaçados de desaparecer — repito: «sectores que estão ameaçados de desaparecer».

Temos de ser claros: a lógica do exercício governativo não pode ser uma lógica circular, tem de ser uma lógica que vá de frente aos problemas que estão criados. Assim, pensar que o sector dos lanifícios vai viver muito mais tempo talvez não seja a melhor forma de encarar o problema dos trabalhadores que estão hoje afectos à indústria dos lanifícios.

Requalificaremos nesta indústria o que merecer ser requalificado e reconverteremos os trabalhadores que ainda tenham potencial de recuperação de si próprios

para o mercado de trabalho. Fá-lo-emos no plano de que falou de criar sinergias regionais que reequilibrem o território a nível local.

Passando a responder ao Sr. Deputado Manuel Monteiro, agradeço as questões que quis colocar-me.

Quanto à perspectiva de emprego, julgo que se V. Ex.^a consultar a estatística de evolução do emprego no sector da indústria têxtil do vestuário chegará à conclusão de que o sector tem revelado uma capacidade de sustentar cerca de 160 000 postos de trabalho ao longo dos últimos 10 anos. Mas essa capacidade de sustentação tem por detrás uma situação, que o senhor foi detectar agora ao viajar pelo País, que é a de haver muitas empresas que estiveram a trabalhar sem pagar ao fisco, sem pagar as obrigações à segurança social. Portanto, de alguma maneira, houve de facto, produção, houve emprego, mas num ambiente que não pode ser considerado são para a economia. A economia não pode funcionar assim porque, a prazo, isso é lesivo do País. Nós estamos é interessados em corrigir essas situações.

Ora, o que está apontado para a correcção dessas situações coincide em parte com aquilo que o Sr. Deputado aqui propõe. Mas não queremos é que se estabeleçam mais comissões de avaliação sectorial para chegar às conclusões que já temos sobre a indústria. O diagnóstico da indústria está feito. A economia fornece os parâmetros de avaliação da sanidade das empresas e não há que esperar muito mais tempo, há é que criar condições...

O Sr. Manuel Monteiro (CDS-PP): — Então, fecham?

O Orador: — Sr. Deputado, tem a resposta no meu discurso a esse seu gesto saneador. Eu não sou «tomba-indústria»!

Quero ver se consigo ser Secretário de Estado da Indústria e Energia, tendo uma indústria com maior capacidade para se afirmar no plano nacional e no plano internacional: no plano nacional, substituindo importações; no plano internacional, conseguindo entrar em gamas de qualidade e sectores de mercado onde a nossa indústria não entrou...

O Sr. Manuel Monteiro (CDS-PP): — Dá-me licença que o interrompa, Sr. Secretário de Estado?

O Orador: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Manuel Monteiro (CDS-PP): — Sr. Secretário de Estado, responda-me concretamente a uma pergunta. O que é que o Sr. Secretário de Estado faz às empresas...

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Manuel Monteiro, peço-lhe desculpa, mas acho que já ultrapassámos todos os limites do descontrole em matéria de tempos.

Sr. Secretário de Estado, está a usar tempo que já não tinha pelo que não pode alargá-lo ainda mais deixando-se interromper.

Meus senhores, vamos acabar este debate e ver se ainda conseguimos discutir e votar o Orçamento da Assembleia para 1996.

O Orador: — Sr. Presidente, peço-lhe muita desculpa. Apenas quis responder ao Sr. Deputado Manuel Monteiro...

O Sr. Presidente: — Sei que assim é. Sei que ambos quiseram ser úteis e gentis um para com o outro...

O Orador: — Agradeço muito a compreensão do Sr. Presidente e responderei em privado ao Sr. Deputado.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, terminámos o período de antes da ordem do dia.

Eram 13 horas.

ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, vamos iniciar a discussão e votação do Orçamento da Assembleia da República para 1996. Cada grupo parlamentar terá cinco minutos para o efeito.

Para proceder à sua apresentação, tem a palavra o Sr. Presidente do Conselho de Administração, Deputado Rui Vieira.

O Sr. Rui Vieira (PS): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, o Orçamento da Assembleia da República para 1996 foi elaborado tendo em vista dois objectivos: por um lado, conter ao máximo a despesa e, por outro lado, libertar recursos de modo a reforçar significativamente a capacidade de investimento da Assembleia, investimento esse que há-de traduzir-se, a breve prazo, na melhoria substancial do funcionamento desta Casa.

Este Orçamento envolve uma verba global de cerca de 12 milhões de contos: 9,9 milhões de contos provêm do Orçamento do Estado e os restantes 2,1 milhões de contos resultam da integração do saldo de gerências sucessivas anteriores e de receitas próprias da Assembleia da República. Deve dizer-se que a integração deste saldo se, por um lado, veio ao encontro das recomendações constantes no relatório do Tribunal de Contas, por outro lado, tem plena justificação, porque estamos no ano do arranque das obras no parque de estacionamento e do novo edifício contíguo ao palácio de S. Bento. Como é sabido, este saldo constituía uma reserva ou provisão para dotação das verbas destinadas à realização destas duas importantes infra-estruturas.

Como se disse, 1996 vai ser um ano de forte investimento, a prosseguir nos anos seguintes. O esforço que está a ser realizado incidirá nas duas grandes obras já referidas, mas estende-se, também, a outras áreas importantes, tais como a modernização e reorganização da informática, a conservação e reparação das instalações existentes — gabinetes de Deputados, salas de reuniões e instalações dos próprios jornalistas —, com um especial cuidado na preservação do nosso espólio artístico, um reforço considerável de investimento na melhoria do equipamento, etc. Este é um esforço que se traduz numa verba significativa de mais de dois milhões de contos.

Todavia, Sr. Presidente e Srs. Deputados, não obstante todo este esforço para modernizar o funcionamento da Assembleia da República, disponibilizando a todos os Srs. Deputados melhores condições para o exercício do seu mandato, este ano a Assembleia da República recebe do Orçamento do Estado a mesma verba que recebeu em 1995. Para ser completamente rigoroso, recebe apenas mais 45 000 contos do que em 1995, o que representa um acréscimo da ordem dos 0,45%, mas este montante é canalizado, integralmente, para o orçamento da Provedoria de Justiça.

Pode reafirmar-se, portanto, que o Orçamento próprio da Assembleia da República recebe do Orçamento do Estado, rigorosamente, o mesmo valor de 1995.

Para além dos elementos já referidos, entendo que é igualmente importante dar a conhecer aos Srs. Deputados os orçamentos próprios dos organismos autónomos que, como se sabe, integram o Orçamento da Assembleia da República.

Assim, a Alta Autoridade para a Comunicação Social tem orçamentados 256 900 contos — 0% de crescimento relativamente a 1995 —, a Comissão Nacional de Eleições tem 122 000 contos — 2,9% relativamente a 1995 —, a Provedoria de Justiça tem 566 720 contos — mais 16,6% do que em 1995 —, a Comissão Nacional de Proteção de Dados Pessoais Informatizados tem 108 940 contos — mais 10,3% do que em 1995 —, e a Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos tem 72 400 contos — 4% de aumento relativamente a 1995. Estes valores somados dão a importância de 1 116 960 contos e se adicionarmos a esta verba cerca de 1,6 milhões de contos que constituem a subvenção aos partidos políticos e a subvenção estatal para as campanhas eleitorais verificamos que o Orçamento da Assembleia da República emagrece consideravelmente.

Para terminar, Sr. Presidente e Srs. Deputados, quero expressar uma palavra de apreço à Sr.ª Secretária-Geral da Assembleia da República e a todos os funcionários que, sob a sua supervisão e de acordo com as orientações dadas pelo Conselho de Administração, trabalharam na elaboração deste Orçamento.

Aplausos do PS, do PSD e de Os Verdes.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, quero também felicitar e agradecer a todos os funcionários que trabalharam na elaboração deste Orçamento, e, como calculam, em ano orçamental de «vacas magras», não foi fácil. Quando dizemos que se trata de um Orçamento igual ao do ano passado, significa isso mesmo, que é necessariamente menor do que o do ano passado, pelo menos no montante da inflação.

De qualquer forma, quero agradecer à Sr.ª Secretária-Geral, que está a exercer as suas funções com uma eficiência notável — este é talvez o primeiro momento que encontro para realçar esse facto — e a todos os demais funcionários, mas também ao Conselho de Administração, na pessoa do seu Presidente.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Agradeço o vosso esforço, pois foi possível submetermos o nosso Orçamento à aprovação da Assembleia, no último dia em que legalmente o podíamos fazer, dado que se completa hoje um mês sobre a aprovação ou publicação do Orçamento do Estado para 1996.

O Sr. Rui Vieira (PS): — Mas já estava aprovado há um mês!

O Sr. Presidente: — Estou informado de que os grupos parlamentares se encontram esclarecidos e não pretendem usar da palavra, pelo que vamos proceder à votação do Orçamento, porque é mesmo o Orçamento que a Lei Orgânica manda votar, embora, depois, para a história, conste como uma resolução.

Vamos, então, votar o Orçamento da Assembleia da República para 1996.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Srs. Deputados, chegámos ao fim dos nossos trabalhos. A próxima reunião plenária realiza-se na quarta-feira, dia 17 de Abril, às 15 horas, terá um período de antes da

ordem do dia e na ordem do dia procederemos à apreciação da proposta de resolução n.º 4/VII — Aprova, para ratificação, o Acordo Suplementar ao Acordo Geral sobre Privilégios e Imunidades do Conselho da Europa concluído entre Portugal e o Conselho da Europa, referente ao Centro Europeu para a Interdependência e Solidariedade Mundiais e dos projectos de lei n.os 22/VII — Alteração ao Estatuto dos Gestores Públicos (CDS-PP) e 96/VII — Alteração à Lei n.º 142/85, de 18 de Novembro (Lei-Quadro da Criação de Municípios), apresentado pelo PSD.

Está encerrada a sessão.

Eram 13 horas e 10 minutos.

Faltaram à sessão os seguintes Srs. Deputados:

Partido Socialista (PS):

Aires Manuel Jacinto de Carvalho.
Albino Gonçalves da Costa.
António José Gavino Paixão.
Carlos Justino Luís Cordeiro.
Carlos Manuel Luís.
Daniel Bessa Fernandes Coelho.
Francisco Fernando Osório Gomes.
Gonçalo Matos Correia de Almeida Velho.
Henrique José de Sousa Neto.
Luís Filipe Nascimento Madeira.
Luís Pedro de Carvalho Martins.
Martim Afonso Pacheco Gracias.
Pedro Luís da Rocha Baptista.
Pedro Ricardo Cavaco Castanheira Jorge.

Rui Manuel Palácio Carretero.
Sérgio Humberto Rocha de Ávila.

Partido Social Democrata (PSD):

Carlos Alberto Pinto.
Filomena Maria Beirão Mortágua Salgado Freitas Bordalo.
Joaquim Martins Ferreira do Amaral.
José Álvaro Machado Pacheco Pereira.
José Manuel Durão Barroso.
José Mendes Bota.
Luís Carlos David Nobre.
Luís Filipe Menezes Lopes.
Maria Manuela Aguiar Dias Moreira.
Pedro Manuel Cruz Roseta.

Partido do Centro Democrático Social - Partido Popular (CDS-PP):

António Afonso de Pinto Galvão Lucas.

Partido Comunista Português (PCP):

Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas.
Lino António Marques de Carvalho.
Luís Manuel da Silva Viana de Sá.

Partido Ecologista Os Verdes (PEV):

Isabel Maria de Almeida e Castro.

A DIVISÃO DE REDACÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL.

 **DIÁRIO**
da Assembleia da República

Depósito legal n.º 8818/85

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, E. P.

1 — Preço de página para venda avulso, 9\$00 (IVA incluído).

2 — Para os novos assinantes do *Diário da Assembleia da República*, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Outubro, Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa.

3 — O texto final impresso deste *Diário* é da responsabilidade da Assembleia da República.

PREÇO DESTE NÚMERO 234\$00 (IVA INCLUIDO 5%)

Todas as correspondências que se referem à publicação e à assinatura do *Diário da República* e do *Diário da Assembleia da República*, devem ser dirigidas à administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 - 1092 Lisboa Codex.